



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 serão divulgadas em 20 de fevereiro de 2024 no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1. Conjuntura Econômica

O desempenho econômico teve como destaques os seguintes temas:

No ambiente internacional

Redução marginal das pressões inflacionárias ao redor do globo e sinalização de término do ciclo de ajustes alistas na política monetária nas economias avançadas.

No ambiente doméstico

Avanço de propostas complementares para dar sustentação ao novo arcabouço fiscal recém aprovado. A colação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano flutuou entre R\$4,83/US\$ e R\$5,19/US\$ no quarto trimestre e encorrou o período cotada a R\$4,84/US\$, patamar inferior à colação de R\$5,01/US\$ verificada no encerramento do 3T23. A valorização do real decorreu, na visão do Banco Santander, da aprovação de medidas complementares ao novo arcabouço fiscal, reduzindo incertezas quanto à trajetória da dívida pública no curto prazo, associada à consolidação da percepção de que a manutenção das condições monetárias globais em campo restritivo poderá ser mais breve que o imaginado anteriormente. A despeito destes desdobramentos, seguimos julgando haver riscos no âmbito fiscal doméstico e avaliando que o processo de redução de juros internacionais acontecerá mais tardiamente do que apreçado nos mercados. Assim, projetamos que a taxa de câmbio atingirá R\$5,25/US\$ ao final de 2024.

Desaceleração mais tênue do crescimento econômico no 4T23 derivada de resiliência no mercado de trabalho

A mediana das projeções de agentes econômicos quanto ao desempenho da economia brasileira indicou crescimento do PIB brasileiro de 2,9% em 2023 - praticamente o mesmo ritmo de expansão observado no ano anterior (3,0%), com expectativa de manutenção da variação positiva do PIB decorrente da manutenção dos estímulos fiscais que foram implementados ao longo de 2022, parcialmente estendidos no início de 2023. O início mais promissor do ano e a continuidade de condições favoráveis no mercado de trabalho levou o Banco Santander a revisar a projeção de expansão do PIB brasileiro de 2,5% para 2,8% em 2023, a despeito da percepção de que a economia se encontra em ritmo de desaceleração na esteira dos efeitos contracionistas advindos do ciclo de elevação da taxa de juros iniciado em 2021 e encerrado em agosto de 2022.

Melhora marginal na dinâmica inflacionária, principalmente nos serviços, reforçando a continuidade do ciclo de cortes de juros ao longo de 2024.

Recuo para 4,6% da variação interanual do IPCA, frente ao patamar de 5,2% observado ao final de setembro de 2023 em função de melhora na dinâmica de reajuste dos preços dos produtos industriais e alimentícios, bem como na inflação de serviços. Embora o resultado tenha sido superior à meta de inflação estipulada no regime monetário, a variação voltou a ficar dentro do intervalo de tolerância pela primeira vez desde 2020, possibilitando ao Banco Central do Brasil manter o processo de distensão monetária, tendo reduzido a taxa básica de juros em 1,0 ponto percentual nas reuniões do Copom do quarto trimestre, trazendo a Selic para 11,75% a.a. Como o Banco Santander avalia que esta dinâmica inflacionária permanecerá favorável, o banco projeta que a taxa Selic atingirá 9,50% a.a. ao longo de 2024.

2. Desempenho Consolidado

R\$ milhões

	Lucro Líquido	ROE	Ativos Totais
2023	8.974	10,52%	1.153.196
2022	12.570	15,63%	1.048.518
YoY	(28,61)%	(5,11)%	9,98%
	Carteira de Crédito ⁽¹⁾	Captações	Basiliêia
2023	427.599	849.335	14,51%
2022	411.414	739.820	13,94%
YoY	3,93%	14,80%	0,57 p.p.

Os componentes do nosso resultado consolidado são:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONTÁBIL (R\$ milhões)	YTD 2023	YTD 2022	Var. % YoY
Receitas da Intermediação Financeira	117.513	99.768	18%
Despesas da Intermediação Financeira	(91.009)	(71.654)	27%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	26.504	28.114	(6)%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(17.919)	(11.360)	58%
Resultado Operacional	8.585	16.754	(49)%
Resultado não Operacional	1.262	543	136%
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	9.847	17.297	(43)%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.349)	(2.326)	(158)%
Participações no Lucro	(2.099)	(2.222)	(6)%
Participações dos Acionistas Minoritários	(143)	(179)	(20)%
Lucro Líquido	8.974	12.570	(29)%

Ativo	BALANÇO PATRIMONIAL				
	Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Notas Explicativas	Banco 31/12/2023	Banco 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante e Não Circulante		1.091.618.231	975.112.903	1.138.640.692	1.034.164.223
Disponibilidades	4	9.911.653	14.352.187	10.109.122	14.420.204
Instrumentos Financeiros		960.366.683	864.134.892	998.193.967	906.281.308
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	171.248.893	112.661.785	113.860.885	69.677.251
Títulos e Valores Mobiliários	6.a	226.975.180	185.906.957	248.998.836	206.243.602
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	32.019.731	26.616.650	28.066.689	21.115.580
Operações de Crédito	7	354.093.609	343.372.638	427.599.259	411.414.378
Outros Ativos Financeiros	9	176.029.270	195.576.862	179.668.298	197.830.497
Operações de Arrendamento Mercantil				3.164.051	2.920.719
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.e	(31.163.480)	(30.316.513)	(35.375.068)	(34.453.117)
Outros Ativos	11	103.204.585	83.793.648	106.924.963	95.746.229
Ativos Fiscais	10.a	49.298.790	43.148.689	55.623.657	49.248.880
Permanente		67.457.517	87.327.465	14.555.739	14.353.734
Investimentos		55.122.785	75.300.048	939.339	946.540
Participações em Coligadas e Controladas	13.b	55.119.210	75.296.430	935.762	942.789
Outros Investimentos		3.575	3.618	3.577	3.751
Imobilizado de Uso	14	5.251.777	5.712.275	5.654.848	6.115.053
Imóveis de Uso		2.385.144	2.425.172	2.617.403	2.711.940
Outras Imobilizações de Uso (Depreciações Acumuladas)		13.559.747	13.604.297	13.956.282	13.923.997
Intangível	15	7.082.955	6.315.142	7.961.552	7.292.141
Ação na Aquisição de Sociedades Controladas		27.220.515	27.220.515	28.276.124	28.292.002
Outros Ativos Intangíveis (Amortizações Acumuladas)		(14.016.884)	(12.311.516)	(14.619.846)	(12.810.586)
		(34.154.444)	(33.218.889)	(34.934.418)	(33.810.447)
Total do Ativo		1.159.075.748	1.062.440.368	1.153.196.431	1.048.517.957

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativo	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
	Valores expressos em milhares, exceto quando indicado				
	Notas Explicativas	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Receitas da Intermediação Financeira		62.678.904	105.552.506	89.128.977	68.211.847
Operações de Crédito		35.180.407	66.418.784	62.676.931	42.392.683
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	-	234.544
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.v	23.018.023	35.614.151	27.036.056	25.967.877
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(729.607)	(7.775.051)	(6.587.976)	(5.611.906)
Resultado de Operações com Câmbio		787.044	2.565.019	(1.212.149)	787.044
Resultado das Aplicações Compulsórias		4.423.037	8.729.603	7.216.115	4.441.605
Despesas da Intermediação Financeira	(54.156.382)	(92.638.138)	(71.178.111)	(53.166.058)	(71.653.934)
Operações de Captação no Mercado	16.c	(39.899.170)	(69.871.635)	(55.201.831)	(37.280.862)
Resultado de Operações com Empréstimos e Repasses		(3.034.221)	1.758.453	4.561.017	(3.055.224)
Resultado de Operações com Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(71.591)	159.320	282.527	(26.776)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.e	(11.151.400)	(24.684.276)	(20.819.824)	(12.803.196)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	8.522.522	12.914.368	17.950.866	15.045.789	25.503.847
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(5.915.197)	(8.931.324)	(6.931.324)	(5.579.734)	(17.918.719)
Receitas de Prestação de Serviços	22	6.417.910	11.796.214	11.055.499	7.989.397
Rendas de Tarifas Bancárias	22	2.379.189	4.690.934	4.591.871	2.844.549
Despesas de Pessoal	23	(3.441.418)	(6.817.427)	(6.270.788)	(4.663.427)
Outras Despesas Administrativas	24	(7.566.969)	(14.503.176)	(13.059.814)	(7.026.008)
Despesas Tributárias		(1.642.608)	(3.281.447)	(3.536.857)	(2.590.948)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	3.840.676	8.312.900	5.977.331	91.480
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	25	(5.901.977)	(9.129.322)	(4.336.976)	(6.260.035)
Resultado Operacional	2.607.325	3.983.044	12.371.132	5.430.797	8.585.128
Resultado não Operacional	26	76.011	145.824	517.476	1.281.607
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		2.683.336	4.128.868	12.888.608	5.503.761
Imposto de Renda e Contribuição Social	10.d	2.738.991	6.242.820	1.408.032	435.658
Provisão para Perdas de Renda		(85.930)	(107.697)	(68.908)	(1.406.390)
Provisão para Contribuição Social		(73.327)	(87.594)	(37.967)	(761.696)
Ativo Fiscal Diferido		2.898.248	6.438.111	1.514.907	2.603.744
Participações no Lucro		(741.121)	(1.507.458)	(1.938.115)	(1.084.481)
Participações dos Acionistas Minoritários	20.e	-	-	-	(91.572)
Lucro Líquido	4.681.206	8.864.230	12.358.525	4.763.366	8.973.657
Número de Ações (Mil)	20.a	7.498.531	7.498.531	7.498.531	7.498.531
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		624,28	1.182,13	1.648,13	1.193,54

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativo	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE						
	Valores expressos em milhares, exceto quando indicado						
	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022	
Lucro Líquido do Período	4.681.206	8.864.230	12.358.525	4.763.366	8.973.657	12.570.191	
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:							
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	319.558	1.576.071	(759.367)	365.281	1.575.335	(835.364)	
Próprios	133.800	947.119	(454.581)	179.523	946.383	(530.578)	
De Ligada	150.617	1.480.055	(691.839)	242.831	1.633.014	(903.793)	
Impostos	9.753	120.981	(40.698)	-	-	-	
Hedge de Fluxo de Caixa	(26.570)	(653.917)	277.956	(63.308)	(686.631)	373.215	
Próprios	185.758	628.952	(304.786)	185.758	628.952	(304.786)	
De Ligada	354.214	1.199.318	(777.455)	354.214	1.199.318	(674.524)	
Impostos	-	-	102.931	-	-	-	
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:							
Plano de Benefícios	(203.709)	(626.273)	39.765	(203.709)	(626.273)	39.765	
Próprios	(296.484)	(994.304)	213.739	(296.484)	(994.304)	213.739	
Impostos	92.775	368.031	(173.974)	92.775	368.031	(173.974)	
Resultado Abrangente do Período	4.797.055	9.814.028	11.638.923	4.924.938	9.922.719	11.774.592	
Atribuível à controladora				4.833.366	9.779.225	11.595.238	
Atribuível aos Acionistas Minoritários				91.572	143.494	179.354	
Total				4.924.938	9.922.719	11.774.592	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Os resultados apresentados acima refletem o momento macro mais desafiador, decorrente de maiores taxas de juros acumuladas em 2023 em relação ao ano anterior, o qual impactou as famílias, resultando em queda de lucro no período e na qualidade dos ativos, demandando assim maior nível de provisionamento de crédito. Destacamos caso específico do segmento atacado que impactou o volume de provisões.

Diante desse cenário, o Banco Santander iniciou processo de ajustes no portfólio, com maior seletividade na concessão de crédito em clientes com melhores ratings e linhas com garantias.

Os seguintes fatores destacam-se nos dados apresentados no quadro acima:

- **A Rentabilidade (ROE)** foi de 10,52% e o Lucro Líquido Consolidado de R\$ 8.974, queda de 29% com relação a 2022, reflexo da estratégia de antecipação de ciclos de crédito implementada ainda no 4T21 combinada a efeitos específicos nas provisões de crédito de liquidação duvidosa associadas a evento adverso no segmento Atacado.
- **A carteira de crédito** teve o seu destaque para o crescimento em Pessoa Física, de +5,26%, observado principalmente nos produtos de Cartões de Crédito. Na visão crédito expandido, a carteira apresentou crescimento de 27,7% comparado com o mesmo período do ano anterior, com destaque para os produtos de Avais e Fianças, Debêntures e CPR.
- **O financiamento ao consumo** apresentou crescimento de 5,5%, cujo destaque foram as parcerias estratégicas realizadas.

- **Os resultados de intermediação** foram impactados, principalmente, por Margem com Mercados, reflexo de movimentos positivos na curva de juros, por leve crescimento nas linhas de operações de crédito, associado a aumentos nos volumes e dos spreads, por queda nas captações, principalmente por efeito de CDI, a despeito de contínuo crescimento nos volumes (destaque no trimestre para Depósito a Prazo, LCI e LCA). Adicionalmente a esses efeitos, os resultados da intermediação foram impactados por crescimento de 14% nas despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa, justificado principalmente por caso específico em entidade de grande porte.
- **Crescimento de 5% das receitas totais de serviços**, impulsionado, principalmente por Cartões (por efeito sazonal de final de ano) e Mercados de Capitais.

3. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

4. Governança Corporativa

A estrutura de Governança do Banco Santander Brasil é integrada pela Diretoria Executiva e o seu Comitê Executivo constituído pelos Diretores Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, e pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, são eles: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança. Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander Brasil e deliberações do Conselho de Administração, vide endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

5. Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão. A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguramento independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que des

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Banco			Consolidado				Banco			Consolidado			
	Notas Explicativas	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023		01/01 a 31/12/2022	Notas Explicativas	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023
Atividades Operacionais														
Lucro Líquido		4.681.206	8.864.230	12.358.525	4.763.366	8.973.657	12.570.191							
Ajustes ao Lucro Líquido		(43.093.822)	(7.896.305)	35.098.026	(37.124.377)	3.292.479	45.721.774							
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.e	11.151.400	24.684.276	20.819.824	12.803.196	28.317.357	24.805.825							
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	19.c	1.868.031	1.550.432	1.164.154	2.042.960	(274.779)	1.477.583							
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	19.c	174.824	434.390	610.135	183.867	459.681	768.783							
Tributos Diferidos		(2.992.627)	(6.903.415)	(1.074.194)	(2.704.567)	(5.857.238)	(909.375)							
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	(3.840.676)	(8.312.900)	(5.977.331)	(91.480)	(173.007)	(114.965)							
Depreciações e Amortizações	24	1.554.142	3.085.308	2.853.434	1.675.824	3.334.064	3.057.385							
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	26	491	(1.518)	(4.357)	2.797	(18.564)	(38.171)							
Resultado de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	26	(70.552)	(86.130)	(81.853)	(64.993)	(87.509)	(48.731)							
Resultado de Investimentos		-	-	(400.517)	-	-	(400.517)							
Atualização de Depósitos Judiciais		(298.916)	(587.128)	(536.237)	(394.629)	(737.560)	(688.576)							
Resultado em Garantias Financeiras Prestadas		24.687	137.065	88.709	24.687	137.065	88.709							
Atualização de Impostos a Compensar		(250.407)	(505.672)	(673.292)	(279.391)	(559.512)	(819.970)							
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		459.929	11.741	-	459.929	11.741	-							
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		(50.874.232)	(21.430.674)	(18.240.349)	(50.874.232)	(21.430.674)	(18.240.349)							
Outros		84	27.920	69.202	91.655	171.414	303.445							
Variações em Ativos e Passivos		52.208.634	6.395.837	(2.939.140)	56.047.384	13.411.556	(59.291.663)							
Redução (aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(15.060.004)	(14.448.791)	24.878.316	330.507	397.078	(17.793.431)							
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		4.845.627	(26.068.096)	17.021.437	811.223	(36.286.641)	15.027.140							
Redução (aumento) em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil		(22.256.019)	(34.571.667)	(38.782.310)	(28.114.624)	(43.865.438)	(44.590.911)							
Redução (aumento) em Outras - Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		211.375	945.897	(523.362)	210.446	944.968	(544.529)							
Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central		(4.275.532)	(8.572.160)	(4.575.336)	(4.250.354)	(8.544.410)	(4.520.344)							
Redução (aumento) em Outros Ativos Financeiros		4.011.030	41.492.581	(11.761.689)	4.072.743	40.087.313	(12.190.876)							
Redução (aumento) em Despesas Antecipadas		711.967	193.819	(434.445)	695.620	110.113	(505.160)							
Redução (aumento) em Outros Ativos		(14.474.592)	(18.894.279)	(688.063)	(11.485.072)	(10.343.388)	(1.843.378)							
Redução (aumento) em Ativos Fiscais Correntes		85.704	(570.194)	(2.330.644)	(143.403)	(1.052.608)	(2.502.678)							

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANCO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Lucros		Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
			Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Saldos em 31 de dezembro de 2021		55.000.000	387.537	5.270.647	22.683.745	(388.281)	(472.315)	(2.924.223)	-	(713.039)	78.844.071
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	39.765	-	-	39.765
Ações em Tesouraria	20.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(506.277)	(506.277)
Resultado com Ações em Tesouraria		-	68.894	-	-	-	-	-	-	-	68.894
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(20.117)	-	-	-	-	-	-	-	(20.117)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(821.599)	62.232	-	-	-	(759.367)
Dividendos Prescritos		-	-	-	40.111	-	-	-	-	-	40.111
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	12.358.525	-	12.358.525
Destinações:											
Reserva Legal	20.c	-	-	617.926	-	-	-	-	(617.926)	-	-
Dividendos	20.b	-	-	-	(1.300.000)	-	-	-	(1.520.000)	-	(2.820.000)
Juros sobre o Capital Próprio	20.b	-	-	-	-	-	-	-	(5.280.000)	-	(5.280.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	20.c	-	-	-	4.940.599	-	-	-	(4.940.599)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		55.000.000	436.314	5.888.573	26.364.455	(1.209.880)	(410.083)	(2.884.458)	-	(1.219.316)	81.965.605
Mutações no Exercício		-	48.777	617.926	3.680.710	(821.599)	62.232	39.765	-	(506.277)	3.121.534
Saldos em 31 de dezembro de 2022		55.000.000	436.314	5.888.573	26.364.455	(1.209.880)	(410.083)	(2.884.458)	-	(1,219,316)	81,965,605
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(626.273)	-	-	(626.273)
Ações em Tesouraria	20.d	-	-	-	-	-	-	-	-	112.533	112.533
Resultado com Ações em Tesouraria		-	27.920	-	-	-	-	-	-	-	27.920
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	136.697	-	-	-	-	-	-	-	136.697
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	1.455.090	120.981	-	-	-	1.576.071
Dividendos Prescritos		-	-	-	56.858	-	-	-	-	-	56.858
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	8.864.230	-	8.864.230
Destinações:											
Reserva Legal	20.c	-	-	443.212	-	-	-	-	(443.212)	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	20.b	-	-	-	-	-	-	-	(6.200.000)	-	(6,200,000)
Reserva para Equalização de Dividendos	20.c	-	-	-	2.221.018	-	-	-	(2,221,018)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		55.000.000	600.931	6.331.785	28.642.331	245.210	(289.102)	(3.510.731)	-	(1,106,783)	85,913,641
Mutações no Exercício		-	164.617	443.212	2.277.876	1,455,090	120,981	(626,273)	-	112,533	3,948,036
Saldos em 30 de junho de 2023		55.000.000	480.157	6,097,725	27,186,524	(64,595)	(298,855)	(3,307,022)	-	(1,103,035)	83,990,899
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(203.709)	-	-	(203.709)
Ações em Tesouraria	20.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(3,748)	(3,748)
Resultado com Ações em Tesouraria		-	84	-	-	-	-	-	-	-	84
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	120.690	-	-	-	-	-	-	-	120.690
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	309.805	9.753	-	-	-	319.558
Cisão	20.a	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Prescritos		-	-	-	8.661	-	-	-	-	-	8.661
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	4.681.206	-	4.681.206
Destinações:											
Reserva Legal	20.c	-	-	234.060	-	-	-	-	(234.060)	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	20.b	-	-	-	-	-	-	-	(3,000,000)	-	(3,000,000)
Dividendos Mínimos Obrigatórios	20.b	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização de Dividendos	20.c	-	-	-	1.447.146	-	-	-	(1,447,146)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		55.000.000	600.931	6,331,785	28,642,331	245,210	(289,102)	(3,510,731)	-	(1,106,783)	85,913,641
Mutações no Semestre		-	120,774	234,060	1,455,807	309,805	9,753	(203,709)	-	(3,748)	1,922,742

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Lucros		Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido	
			Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial						
Saldos em 31 de dezembro de 2021		55.000.000	400.701	5.270.258	22.174.938	(469.072)	(2.924.223)	39.765	-	(713.039)	78.739.563	1.257.245	79.996.808
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	39.765	-	-	-	-	39.765
Ações em Tesouraria	20.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(506.277)	(506.277)	-	(506.277)
Resultado de Ações em Tesouraria		-	68.894	-	-	-	-	-	-	-	-	-	68.894
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(24.626)	-	-	-	-	-	-	-	(24.626)	-	(24.626)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(835.364)	-	-	-	-	(835.364)	-	(835.364)
Dividendos Prescritos		-	-	-	40.111	-	-	-	-	-	40.111	-	40.111
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	12.570.191	-	12.570.191	-	12.570.191
Destinações:													
Reserva Legal	20.c	-	-	628.510	-	-	-	-	(628.510)	-	-	-	-
Dividendos	20.b	-	-	-	(1,300,000)	-	-	-	(1,520,000)	-	(2,820,000)	-	(2,820,000)
Juros sobre o Capital Próprio	20.b	-	-	-	-	-	-	-	(5,280,000)	-	(5,280,000)	-	(5,280,000)
Reserva para Equalização de Dividendos	20.c	-	-	-	5,141,681	-	-	-	(5,141,681)	-	-	-	-
Lucro não Realizado		-	-	-	61.866	-	-	-	-	-	61.866	-	61.866
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	20.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	179.354	179.354
Outros		-	-	-	7.791	-	-	-	-	-	7.791	(83.280)	(75.489)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		55.000.000	444.969	5.898.768	26.126.387	(1,304,							



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder do Conglomerado Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Cj.281, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas na Brazil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo BACEN e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado. Estas demonstrações incluem o Banco e suas empresas controladas e os fundos de investimentos indicados na Nota 13, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídas nas mesmas categorias em que originalmente foram allocated.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, proporcionalmente a perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, civis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, na reunião realizada em 30 de janeiro de 2024.

As Demonstrações financeiras consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, serão divulgadas em 20 de fevereiro de 2024 no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

b) Novas normas emitidas com vigência futura

A Resolução CMN nº 4.966/2021, e atualizações trazidas pela resolução nº 5.100/2023, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Banco Santander. O Plano de Implementação dos referidos normativos no Banco Santander está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação está em andamento, sendo que ainda depende de normas a serem emitidas pelo BACEN. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

As Demonstrações financeiras consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, serão divulgadas em 20 de fevereiro de 2024 no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

c) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional, incluindo o Banco Santander, e suas controladas, e suas agências no exterior. As transações em moeda estrangeira, no seu reconhecimento inicial, são convertidas utilizando a taxa de câmbio na data da transação. As variações cambiais sobre estas transações e sobre a conversão dos ativos e passivos em moeda estrangeira para a moeda funcional, são reconhecidas na Demonstração do Resultado. As variações cambiais relacionadas a Hedge de Fluxo de Caixa são reconhecidas no Patrimônio Líquido.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

b.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

c) Títulos e Valores Mobiliários

Conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias:

I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período;

II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e

III - títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não, conforme Circular Bacen nº 3.082/2002. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de hedge contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

I - hedge de risco de mercado, onde a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

II - hedge de fluxo de caixa, onde a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

O Banco não possui operações de hedge de investimento líquido em operações no exterior como definido na Resolução CMN nº 4.524/2016, uma vez que não detém investimentos no exterior em moeda funcional diferente do real.

e) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo máximo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

f) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se principalmente a ativos não financeiros, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.

Ativos não financeiros mantidos para venda e outros valores e bens são registrados e avaliados pelo menor valor entre: o valor contábil líquido e o valor justo líquido de despesa de vendas, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

g) Outras Receitas Operacionais

Representadas substancialmente por receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, são reconhecidas quando o Banco presta o serviço aos clientes. Para o reconhecimento dessas receitas, o Banco aplica o modelo de 5 passos atendendo o CPC 47, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.924/2021: I) Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; II) Identificar as obrigações de desempenho; III) Determinar o preço da transação; IV) Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e V) Reconhecer a receita quando, ou à medida que, a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas nas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

h.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Conforme Resolução CMN nº 4.935/2021 e Circular Bacen nº 3.693/2013, as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

i) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação - Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

j) Imobilizado de Uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais. A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

k) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor. Os direitos por aquisição de vencimentos de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

l) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

l.1) Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

• **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)**

A PMBaC é constituída a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. A PMBC representa as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

• **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)**

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

l.2) Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

• **Provisão matemática para resgate** resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da Taxa Referencial Básica (TR);

• **Provisão para resgate dos títulos antecipados** é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;

• **Provisão de sorteios a realizar** é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e

• **Provisão de despesas administrativas** tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

m) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 27. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado.

O Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 27) e despesas de pessoal (Nota 23).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

n) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de gestão de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas *Malus* e *Clawback*, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

o) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 16).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

Os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na Nota 16.

p) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões são constituídas quando o risco de perda for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos em que o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 19.e) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

q) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

r) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, é de 20% nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 10, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

s) Juros sobre Capital Próprio

Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/20.

t) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado					
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2021	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	91.886.844	-	-	91.886.844	57.043.732	-
Posição Bancada	11.381.409	-	-	11.381.409	2.802.170	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.162.832	-	-	4.162.832	161.981	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	6.443.780	-	-	6.443.780	750.867	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	774.797	-	-	774.797	1.889.322	-
Posição Financiada	62.454.963	-	-	62.454.963	32.092.796	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	20.784.306	-	-	20.784.306	2.372.461	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	31.988.301	-	-	31.988.301	7.996.629	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.682.356	-	-	9.682.356	21.923.706	-
Posição Vendida	18.050.472	-	-	18.050.472	22.148.766	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	5.429.226	-	-	5.429.226	9.646.253	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	12.621.246	-	-	12.621.246	12.502.513	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	897.441	3.846.844	-	3.450.387	8.194.672	4.804.831
Aplicações em Moeda Estrangeira	13.779.369	-	-	13.779.369	7.828.888	-
Total	106.563.654	3.846.844	-	3.450.387	113.860.885	69.677.251

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco				Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado
Títulos para Negociação	76.648.014	825.952	77.473.966	56.264.419	87.210.244	1.558.265	88.768.509	66.387.345
Títulos Públicos	65.592.654	487.571	66.080.225	52.074.746	73.329.765	1.333.823	74.663.589	60.605.553
Títulos Privados	11.055.360	338.381	11.393.741	4.189.673	13.880.479	224.442	14.104.921	5.781.792
Títulos Disponíveis para Venda	119.563.435	46.962	975.207	120.585.604	103.887.821	130.780.975	46.962	486.780
Títulos Públicos	56.247.158	-	(170.178)	56.076.980	52.151.074	66.260.593	-	(679.730)
Títulos Privados	63.316.277	46.962	1.145.385	64.508.624	51.736.747	64.520.382	46.962	1.166.510
Títulos Mantidos até o Vencimento	28.915.610	-	28.915.610	25.754.717	28.915.610	-	28.915.610	25.754.717
Títulos Públicos	28.915.610	-	28.915.610	25.613.581	28.915.610	-	28.915.610	25.613.581
Títulos Privados	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários	225.127.059	872.914	975.207	226.975.180	185.906.957	246.906.829	1.605.227	486.780

II) Títulos para Negociação

	Banco				Consolidado				
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022		
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	
Títulos para Negociação	73.329.765	487.571	66.080.225	52.074.746	-	9.785.754	4.756.039	13.482.353	38.056.079
Títulos Públicos	65.592.654	487.571	66.080.225	52.074.746	-	9.785.754	4.756.039	13.482.353	38.056.079
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.884.528	(414)	3.884.114	1.951.691	-	695.100	386.336	1.762.123	1.040.555
Notas do Tesouro Nacional - NTN	45.125.203	393.616	45.518.819	38.154.181	-	28.680	3.227.952	6.539.599	35.722.588
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.905.503	93.444	15.998.947	11.909.355	-	8.719.799	809.522	5.177.722	1.291.904
Títulos da Dívida Agrária - TDA	10.861	91	10.952	19.304	-	3.445	3.922	2.909	676
Títulos da Dívida Externa Brasileira	290	69	359	410	-	3	-	-	356
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	666.269	765	667.034	39.805	-	338.727	328.307	-	667.034
Títulos Privados	11.055.360	338.381	11.393.741	4.189.673	1.460.939	158.955	15.436	28.410	9.730.001
Atções	666.061	150.239	816.300	25.582	816.300	-	-	-	816.300
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	897.944	(3.093)	894.851	910.411	-	15.364	10.207	869.280	894.851
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	426.689	(4.497)	422.192	891.315	-	-	-	15.192	407.000
Cotas de Fundos de Investimento	598.489	46.150	644.639	679.959	644.639	-	-	-	644.639
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	158.141	-	158.141	202.289	-	158.141	-	-	158.141
Debêntures	8.308.036	149.582	8.457.618	1.480.117	-	814	72	3.011	8.453.721
Total	76.648.014	825.952	77.473.966	56.264.419	1.460.939	9.944.709	4.771.475	13.510.763	47.786.080

	Banco				Consolidado				
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022		
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	
Títulos para Negociação	73.329.765	487.571	66.080.225	52.074.746	-	10.044.091	5.615.284	14.877.734	44.126.479
Títulos Públicos	65.592.654	487.571	66.080.225	52.074.746	-	10.044.091	5.615.284	14.877.734	44.126.479
Letras do Tesouro Nacional - LTN	16.146.183	119.624	16.265.807	12.076.268	-	8.719.798	809.522	5.444.583	1.291.904
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.374.471	875.230	10.249.701	8.254.073	-	953.437	1.245.581	2.890.643	5.160.040
Notas do Tesouro Nacional - NTN	47.131.690	338.044	47.469.734	40.215.693	-	28.680	3.227.952	6.539.599	37.673.503
Títulos da Dívida Agrária - TDA	10.861	91	10.952	19.304	-	3.446	3.921	2.909	676
Títulos da Dívida Externa Brasileira	290	69	359	410	-	3	-	-	356
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	666.270	765	667.035	39.805	-	338.727	328.308	-	667.035
Títulos Privados	13.880.479	224.442	14.104.921	5.781.792	2.841.340	159.772	15.437	242.777	10.845.595
Atções	1.763.016	150.239	1.913.255	1.437.248	1.913.255	-	-	-	1.913.255
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	838	-	838	4	-	818	-	-	20
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	897.944	(3.093)	894.851	910.411	-	15.364	10.207	869.280	894.851
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	426.689	(4.497)	422.192	891.315	-	-	-	15.192	407.000
Cotas de Fundos de Investimento	926.423	46.150	972.573	860.408	928.085	-	-	44.488	972.573
Debêntures	9.707.428	35.643	9.743.071	1.480.117	-	813	73	217.378	9.524.807
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	158.141	-	158.141	202.289	-	158.141	-	-	158.141
Total	87.210.244	1.558.265	88.768.509	66.387.345	2.841.340	10.203.863	5.630.721	15.120.511	54.972.074

*Para fins de Demonstrações Financeiras, os Títulos Mantidos para Negociação são apresentados no Balanço Patrimonial integralmente no curto prazo.

III) Títulos Disponíveis para Venda

	Banco				Consolidado				
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022		
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	
Títulos Disponíveis para Venda	66.260.593	46.962	67.730.011	52.151.074	-	8.308.632	3.716.922	18.352.857	35.202.452
Títulos Públicos	66.260.593	46.962	67.730.011	52.151.074	-	8.308.632	3.716.922	18.352.857	35.202.452
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	32.121.465	-	57.789	32.179.254	34.371.042	-	1.129.096	1.943.623	16.253.784
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.083.088	-	180.814	11.263.902	8.647.920	-	603.718	190.237	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	15.516.736	-	(914.972)	14.601.764	13.745.733	-	1.583.062	1.832.767	11.185.935
Títulos da Dívida Externa Brasileira	960.125	-	960.125	1.033.051	-	-	-	266.306	693.819
Títulos da Dívida Externa Espanhola	2.812.942	-	(2.990)	2.809.952	1.093.056	-	2.809.952	-	2.809.952
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	3.766.226	-	(360)	3.765.866	2.362.002	-	3.765.866	-	3.765.866
Títulos Privados	64.520.382	46.962	1.166.510	65.733.854	52.848.736	911.702	3.151.817	11.503.419	22.324.774
Atções	6	-	6	47	-	6	-	-	6
Cédula de Produto Rural - CPR	24.835.599	-	(170.991)	24.664.608	16.987.797	-	2.590.892	9.249.914	8.345.400
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	132.269	-	(558)	131.711	206.595	-	45.403	15.758	70.550
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2.111	-	(349)	1.762	1.678	-	-	-	1.762
Cotas de Fundos de Investimento	1.317.920	-	1.317.920	1.625.851	1.317.920	-	-	-	1.317.920
Debêntures	31.084.706	46.962	1.183.174	32.314.842	27.082.661	-	547.564	1.295.660	10.333.516
Eurobonds	3.118.408	-	147.346	3.265.754	3.325.037	-	-	3.087.844	177.910
Nota Comercial	2.246.066	-	(8.391)	2.237.675	299.779	-	596.305	437.191	1.204.179
Notas Promissórias - NP	579.192	-	(4.846)	574.346	2.207.302	-	13.142	316.139	105.065
Total	119.563.435	46.962	975.207	120.585.604	103.887.821	1.317.926	10.486.556	13.631.455	38.779.595

	Banco				Consolidado				
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022		
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	
Títulos Disponíveis para Venda	66.260.593	46.962	67.730.011	52.151.074	-	8.308.632	3.716.922	18.352.857	35.202.452
Títulos Públicos	66.260.593	46.962	67.730.011	52.151.074	-	8.308.632	3.716.922	18.352.857	35.202.452

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2023			Consolidado 31/12/2022		
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Negociação						
Taxa de Juros (DI e DIA)	48.254.715	-	-	94.674.369	-	-
Moeda Estrangeira	68.838.058	-	-	27.444.003	-	-
Índice (3)	5.269.712	-	-	482.394	-	-
Treasury Bonds/Notes	988.325	-	-	138.035	-	-
Posição Vendida	160.488.162			23.843.357		
Cupom Cambial (DDI)	41.331.942	-	-	17.259.936	-	-
Taxa de Juros (DI e DIA)	48.339.061	-	-	3.337.596	-	-
Moeda Estrangeira	64.559.123	-	-	1.327.928	-	-
Índice (3)	5.269.712	-	-	1.787.973	-	-
Treasury Bonds/Notes	988.325	-	-	129.924	-	-
Contratos a Termo e Outros	330.970.103	3.288.881	3.351.821	142.207.037	1.394.796	932.491
Compromissos de Compra	167.171.665	17.249.113	12.972.711	88.742.561	2.292.188	7.021.301
Moedas	134.610.617	17.042.331	4.932.719	72.789.776	1.938.956	7.058.547
Outros	32.561.048	206.782	8.039.993	15.952.775	353.232	(37.246)
Compromissos de Venda	163.798.438	(13.960.232)	(9.620.890)	53.464.476	(897.392)	(6.088.810)
Moedas	130.779.288	(13.211.003)	(1.766.190)	52.121.080	(847.425)	(6.347.639)
Outros	33.019.150	(749.229)	(7.854.700)	1.343.396	(49.967)	258.829

- (1) Valor nominal dos contratos atualizados.
- (2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.
- (3) Inclui índices Bovespa e S&P.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

	Banco						Valor Referencial Mercado de Negociação 31/12/2023			
	Contraparte		Abertura por Vencimento			Balcão (3)				
	31/12/2023	31/12/2022	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses					
Swap	186.363.529	224.140.567	669.624.487	1.080.128.583	403.668.537	165.502.596	208.119.325	706.506.662	118.243.322	961.885.261
Opções	37.900.600	2.114.539	819.949.386	859.964.525	1.076.620.925	695.558.723	110.627.263	53.778.539	782.343.569	77.620.956
Contratos de Futuros	9.280.964	-	315.889.950	325.170.914	224.273.874	168.364.770	70.492.546	86.313.598	325.170.914	-
Contratos a Termo e Outros	152.776.820	118.459.171	95.768.078	367.004.069	142.207.037	196.924.536	104.607.193	65.472.340	28.054.582	338.949.487

	Consolidado						Valor Referencial Mercado de Negociação 31/12/2023			
	Contraparte		Abertura por Vencimento			Balcão (3)				
	31/12/2023	31/12/2022	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses					
Swap	185.745.740	224.140.567	411.961.391	821.847.698	408.428.342	158.223.516	146.064.207	517.559.975	93.891.622	727.956.076
Opções	37.900.600	2.114.539	817.647.071	857.662.210	1.114.888.547	695.558.724	110.627.263	51.476.223	782.343.569	75.318.641
Contratos de Futuros	9.280.964	-	315.889.950	325.170.914	224.309.295	168.364.770	70.492.546	86.313.598	325.170.914	-
Contratos a Termo e Outros	152.776.820	118.459.171	59.734.112	330.970.103	142.207.037	187.900.675	90.382.978	52.686.450	28.015.406	302.954.697

- (1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e outras bolsas de valores e mercadorias.
- (2) Inclui valores negociados na B3.
- (3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

IV) Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

IV.I) Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de hedge de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos. A metodologia de gestão do hedge de risco de mercado adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de Swaps e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o hedge de risco de mercado como segue:

- Designa Swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré - Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência no exterior. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com Swap Cross Currency.
- Para operações ativas e passivas indexadas em taxas pré e inflação (objeto de hedge) são utilizados contratos futuros negociados em bolsa (instrumento de hedge).

Em hedge de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Para proteção da volatilidade de variação de fluxos de caixa em operações indexadas à moeda estrangeira ou taxas pós-fixadas (objeto de hedge), utiliza-se como instrumento de hedge contratos futuros ou Swaps de taxas de juros para previsibilidade dos fluxos de caixa futuros.
- Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não foram registrados resultados referentes a parcela inefetiva.

Estratégias	Banco						Valor Referencial Mercado de Negociação 31/12/2023	
	Valor Contábil		Notional			Balcão (3)		
	Objeto Instrumento	Objeto Instrumento	Objeto Instrumento	Objeto Instrumento	Objeto Instrumento			
Contratos de Swap	290.091	212.897	272.805	288.766	436.812	485.842	461.499	437.702
Hedge de Operações de Crédito	290.091	212.897	272.805	288.766	436.812	485.842	461.499	437.702
Contratos de Futuros	25.281.294	25.845.754	28.817.259	25.701.246	28.707.196	29.882.753	26.977.846	26.020.454
Hedge de Operações de Crédito	13.303.537	15.256.030	15.593.616	12.759.017	13.597.509	12.137.751	10.529.915	11.451.502
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.203.542	1.006.921	579.793	2.496.722	3.178.926	3.971.751	3.787.939	3.971.751
Hedge de Captações	10.774.215	9.582.803	12.643.850	10.445.507	11.930.761	13.773.251	12.659.992	10.597.201

Estratégias	Consolidado						Valor Referencial Mercado de Negociação 31/12/2023	
	Valor Contábil		Notional			Balcão (3)		
	Objeto Instrumento	Objeto Instrumento	Objeto Instrumento	Objeto Instrumento	Objeto Instrumento			
Contratos de Swap	12.712.510	10.260.273	13.176.910	548.483	8.769.442	9.434.133	8.407.308	8.857.389
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	12.712.510	10.260.273	13.176.910	548.483	8.769.442	9.434.133	8.407.308	8.857.389
Contratos de Futuros	23.285.729	19.024.696	24.612.842	18.630.833	36.410.187	33.587.086	34.161.168	33.760.130
Hedge de Operações de Crédito	4.514.260	2.433.675	7.619.634	2.431.537	14.899.280	14.094.417	12.251.307	14.039.535
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	9.990.858	8.523.016	9.525.807	8.228.328	11.518.806	8.041.167	9.968.597	8.269.437
Hedge de Captações	8.780.611	8.068.005	7.467.401	7.970.968	9.992.101	11.451.502	11.941.264	11.451.158

Estratégias	Banco						Valor Referencial Mercado de Negociação 31/12/2023	
	Valor Contábil		Notional			Balcão (3)		
	Objeto Instrumento	Objeto Instrumento	Objeto Instrumento	Objeto Instrumento	Objeto Instrumento			
Contratos de Swap	290.091	212.897	272.805	288.766	436.812	485.842	461.499	437.702
Hedge de Operações de Crédito	290.091	212.897	272.805	288.766	436.812	485.842	461.499	437.702
Contratos de Futuros	25.281.294	25.845.754	28.817.259	25.701.246	28.707.196	29.882.753	26.977.846	26.020.454
Hedge de Operações de Crédito	13.303.537	15.256.030	15.593.616	12.759.017	13.597.509	12.137.751	10.529.915	11.451.502
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.203.542	1.006.921	579.793	2.496.722	3.178.926	3.971.751	3.787.939	3.971.751
Hedge de Captações	10.774.215	9.582.803	12.643.850	10.445.507	11.930.761	13.773.251	12.659.992	10.597.201

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

Nível de Risco	31/12/2023						Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total
	%Provisão Mínima Requerida		Curso Normal		Curso Anormal (1)											
	Requerida	Normal	Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)										
AA	0,0%	185.037.635	-	-	185.037.635	-	-	-	182.891.334	-	-	182.891.334	-	-	-	-
A	0,5%	125.473.009	-	-	125.473.009	627.365	3	627.368	111.655.015	-	-	111.655.015	558.275	6	558.281	-
B	1,0%	36.135.274	3.240.124	3.240.124	39.375.398	393.754	123	393.877	33.944.746	2.713.488	36.658.234	366.582	209	366.791	-	-
C	3,0%	32.993.383	2.835.006	2.835.006	35.828.389	1.074.852	1.534	1.076.386	28.690.898	2.437.240	31.128.138	933.844	1.831	935.675	-	-
D	10,0%	11.590.372	3.305.289	3.305.289	14.895.661	1.489.566	100.659	1.590.225	13.414.768	3.670.370	17.085.138	1.708.514	104.986	1.813.500	-	-
E	30,0%	4.749.941	2.373.124	2.373.124	7.123.065	2.136.920	92.052	2.228.972	7.184.838	3.145.705	10.330.543	3.099.163	119.771	3.218.934	-	-
F	50,0%	2.367.035	1.995.167	1.995.167	4.362.202	2.181.101	93.570	2.274.671	2.633.480	2.645.496	5.278.976	2.639.488	862.240	3.501.728	-	-
G	70,0%	6.638.832	2.213.364	2.213.364	8.852.196	6.196.537	1.756.763	6.953.300	2.721.163	2.546.065	3.687.645	1.202.336	4.889.981	-	-	-
H	100,0%	4.268.646	10.750.035	10.750.035	15.018.681	15.018.681	-	15.018.681	4.663.505	10.368.118	15.031.623	15.031.623	-	15.031.623	-	-
Total		409.254.127	26.712.109	26.712.109	435.966.236	29.118.776	2.044.704	31.163.480	387.799.747	27.527.319	415.327.066	28.025.134	2.291.379	30.316.513	9.003.810	30.316.513
Circulante									10.990.008							9.003.810
Não Circulante									20.173.472							21.312.703

Nível de Risco	31/12/2023						Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total
	% Provisão Mínima Requerida		Curso Normal		Curso Anormal (1)											
	Requerida	Normal	Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)										
AA	0,0%	203.142.039	-	-	203.142.039	-	-	-	200.385.215	-	-	200.385.215	-	-	-	-
A	0,5%	166.591.676	-	-	166.591.676	832.958	3	832.961	148.370.146	3.081	148.373.227	741.866	6	741.872	-	-

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE)

Conforme a Resolução CMN nº 4.846/20, demonstramos a seguir, as operações relacionadas ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), classificadas por nível de risco e juntamente com o montante da provisão constituída para cada nível de risco:

Nível de Risco	Banco/Consolidado		31/12/2023		31/12/2022	
	% Provisão Mínima Requerida	Ativo	Provisão Requerida	Ativo	Provisão Requerida	
AA	0,0%	836	-	5.990	-	-
A	0,5%	6.695	5	152.344	114	114
B	1,0%	2.846	4	62.462	94	94
C	3,0%	4.154	19	91.149	410	410
D	10,0%	4.508	68	82.236	1.234	1.234
E	30,0%	745	34	7.974	359	359
F	50,0%	776	58	4.398	330	330
G	70,0%	1.424	150	4.212	442	442
H	100,0%	18.746	2.930	55.977	8.487	8.487
Total		40.730	3.268	466.742	11.470	11.470

(1) Saldo de provisão constituída sobre a parcela do crédito cujo risco é do Banco Santander (Brasil) S.A.

e) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Saldo Inicial	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Constituições Líquidas das Reversões	30.316.513	23.373.567	34.453.117	27.191.294
Baixas	(24.684.276)	(20.819.824)	(28.317.357)	(24.805.825)
Saldo Final	31.163.480	30.316.513	35.375.068	34.453.117
Créditos Recuperados	3.143.136	2.382.789	3.804.787	3.010.301

f) Créditos Renegociados

Créditos Renegociados (1)	Banco		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	28.034.135	32.020.885	32.761.140	36.922.114
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	(16.032.317)	(16.382.264)	(17.628.394)	(18.050.001)
	57,2%	51,2%	53,8%	48,9%

(1) Foram consideradas operações para as quais ocorreram contratações de acordos, em atraso a partir de 30 dias.

g) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1), Títulos e Valores Mobiliários (2) e Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	Banco		Consolidado	
	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	9.055.658	1,3%	7.664.790	1,2%
10 Maiores	53.202.978	7,6%	45.301.948	7,1%
20 Maiores	82.601.115	11,8%	67.455.138	10,6%
50 Maiores	134.058.263	19,1%	106.339.412	16,7%
100 Maiores	174.946.657	24,9%	140.646.054	22,1%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

8. Carteira de Câmbio

Carteira de Câmbio

Ativo	Banco/Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Direitos sobre Venda de Câmbio	24.590.136	59.206.385
Câmbio Comprado a Liquidar	43.427.082	37.956.916
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebíveis	(516.110)	(428.837)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 7.a)	157.593	125.214
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	571	-
Total	67.659.272	96.859.678
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	40.391.634	70.558.496
Obrigações por Compra de Câmbio	27.663.172	26.956.254
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 7.a)	(4.301.307)	(6.019.522)
Outros	121	129
Total	63.753.620	91.495.357
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	1.582.289	1.192.865
Créditos de Exportação Confirmados	193.368	42.803

9. Outros Ativos Financeiros

a) Outros Ativos Financeiros

Carteira de Câmbio (Nota 8)	Banco		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Negociação e Intermediação de Valores	67.659.272	96.859.678		
Relações Interfinanceiras	1.763.642	3.026.543		
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 7.a.)	105.155.562	95.324.074		
Outros	1.450.794	366.567		
Total	176.029.270	195.576.862		
Circulante	168.072.525	188.955.414		
Não Circulante	7.956.745	6.621.448		

Carteira de Câmbio (Nota 8)

Negociação e Intermediação de Valores	Banco		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Relações Interfinanceiras	67.659.272	96.859.678		
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 7.a.)	4.743.775	4.740.568		
Outros	105.454.708	95.643.095		
Total	179.668.298	197.850.497		
Circulante	168.832.950	189.292.202		
Não Circulante	10.835.348	6.538.295		

b) Negociação e Intermediação de Valores

Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	Banco		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixas de Registro e Liquidação	824.002	1.041.678	3.410.828	2.355.283
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	2.049	825	5.086	155.875
Bolsas - Depósitos em Garantia	109.491	44.359	442.332	208.731
Outros	473.271	788.772	479.274	794.071
Total	1.763.642	3.026.543	4.062.555	1.226.808
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	294.254	184.518	1.107.953	604.413
Credores - Conta Liquidações Pendentes	4.976	8.891	236.854	456.675
Caixas de Registro e Liquidação	10.227	-	1.273.344	262.299
Comissões e Corretagens a Pagar	3.187	3.150	4.554	5.006
Outros	436	-	542	4.338
Total	313.080	196.559	2.785.941	1.342.758

10. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

Ativos Fiscais Diferidos	Banco		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda a Recuperar	41.271.976	36.197.741	46.196.503	41.433.846
Impostos e Contribuições a Compensar	-	-	-	123
Total	49.298.790	43.148.689	55.623.657	49.248.880
Circulante	3.834.028	1.665.246	4.738.408	2.058.938
Não Circulante	45.464.762	41.483.443	50.885.249	47.189.942

b) Ativos Fiscais Diferidos

b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	Origens		Banco	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	55.875.335	41.051.027	18.472.962	10.283.419
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.856.292	3.046.138	1.370.762	517.462
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	2.108.600	4.071.755	1.815.991	141.770
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	5.825.567	5.705.662	2.567.549	1.848.115
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	102.017	104.996	47.249	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	4.607.131	4.109.331	970.505	2.091.429
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	1.417.322	3.852.868	1.832.327	322.733
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	1.533.694	807.816	363.516	413.405
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.205.283	1.371.650	582.579	695.737
Outras Provisões Temporárias (3)	6.394.122	6.586.452	2.886.278	674.177
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	81.925.363	70.707.695	30.909.718	16.988.247
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	11.710.701	11.991.403	5.288.023	6.191
Contribuição Social - MP 2.158/2001	40.766	-	-	7.338
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	93.676.830	82.699.098	36.197.741	17.057.504

(1) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.
 (2) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ e CSLL sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários.
 (3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.

Em 31 de dezembro de 2023, os créditos tributários não ativados totalizaram R\$108.198 (31/12/2022 - R\$100.042) no Consolidado.

O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período e revisto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15.

b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias		Prejuízos Fiscais - Base Negativa		Total	
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	CSLL 18%	Registrados	
2024	6.494.093	5.232.495	70.034	160.270	7.338	11.964.230
2025	3.513.904	2.836.770	70.034	-	-	6.420.708
2026	4.489.260	3.617.055	70.034	-	-	8.176.349
2027	3.696.471	2.957.163	70.034	-	-	6.723.668
2028	1.156.748	925.399	-	1.244.236	-	3.326.383
2029 a 2033	465.505	372.404	-	3.822.729	-	4.660.638
Total	19.815.981	15.941.286	280.136	5.227.235	7.338	41.271.976

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa		Total	
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	CSLL 18%	Registrados		
2024	7.363.183	5.712.702	113.386	305.849	7.338	13.502.458	
2025	4.123.891	3.157.216	113.386	114.322	-	7.508.815	
2026	5.204.164	3.992.142	113.386	30.232	-	9.339.924	
2027	4.257.946	3.258.232	111.643	5.307	-	7.633.128	
2028	1.256.958	990.357	-	1.251.773	-	3.499.088	
2029 a 2033	478.014	379.815	-	3.833.641	-	4.691.470	
Até 2034	-	-	-	21.620	-	21.620	
Total	22.684.156	17.490.464	451.801	5.662.744	7.338	46.196.503	

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos considera as legislações tributárias vigentes em cada período e não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.
 Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Ativos Fiscais Diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente dos ativos fiscais diferidos registrados é de R\$33.321.684 (31/12/2022 - R\$30.133.710) no Banco e R\$37.477.915 (31/12/2022 - R\$34.736.464) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

c) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

Passivos Fiscais Diferidos	Banco		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	2.727.574	3.332.472	4.850.820	4.882.782
Impostos e Contribuições a Pagar (1)	7.099	276.153	1.752.117	1.400.466
Total	1.200.564	708.051	4.434.042	1.039.278
Circulante	3.935.237	4.316.676	11.036.979	7.322.526
Não Circulante	1.207.663	944.975	6.186.158	2.399.755
	2.727.574	3.371.701	4.850.821	4.922.771

(1) Inclui a parcela equivalente a R\$ 2.683.288 no banco e coligadas, correspondente às ações judiciais de PIS e COFINS, referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98, registrada em virtude da decisão do STF sobre o Tema 372. (Vide notas 19.e e 25)

c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

13. Participações de Controladas e Colgadas

a) Perímetro de Consolidação

Investimentos	Ramou de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		31/12/2023	
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação do Banco Santander	Participação Acionária
Controladas do Banco Santander					
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	50.159	-	100,00%	100,00%
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89%	39,89%
Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A. (BEN Benefícios)	Meio de Pagamento	90.000	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A.	Prestação de Serviços	10.001	-	100,00%	100,00%
GIRA - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A. (GIRA)	Tecnologia	381	-	80,00%	80,00%
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.					
	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	-	100,00%	100,00%
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.					
	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	33.693	-	100,00%	100,00%
Royo Entretenimento S.A.	Prestação de Serviços	7.417	-	94,60%	94,60%
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.					
	Prestação de Serviços de Meios Digitais	71.181	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	872.186	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	14.067.640	14.067.640	99,99%	99,99%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Corretora	7.184	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	558.601	-	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	164	-	100,00%	100,00%
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.					
	Prestação de Serviços de Tecnologia	241.941	-	100,00%	100,00%
SX Negócios Ltda.					
	Prestação de Serviços de Call Center	75.050	-	100,00%	100,00%
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	Prestação de Serviços	192.000	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	0,00%	50,00%
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. (Solution 4Fleet)	Tecnologia	328	-	0,00%	80,00%
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	0,00%	100,00%
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTMV)	Distribuidora	461	-	0,00%	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	0,00%	100,00%
Evidencia Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	0,00%	100,00%
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.					
Summer Empreendimentos Ltda.	Real Estate	17.084	-	0,00%	100,00%
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. (Apê11)	Tecnologia	3.808	-	0,00%	100,00%
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda. (Toro CTVM)	Corretora	21.559	-	0,00%	62,51%
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	44.101	-	0,00%	2,06%
Controlada da Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda.					
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	228.461	-	0,00%	96,57%
Controlada em Conjunto da Sancap					
Santander Auto S.A.	Tecnologia	22.452	-	0,00%	50,00%
Controlada do Toro Investimentos S.A.					
Toro Asset Management S.A.	Investimentos	918.264	-	0,00%	100,00%
Mobilis Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	Tecnologia	1.122.000	-	0,00%	100,00%
Toro Asset Management S.A.					
Mobilis Corretora De Seguros Ltda.	Corretora	3.010	-	0,00%	100,00%

Investimentos	Ramou de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		31/12/2023	
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação do Banco Santander	Participação Acionária
Controladas em Conjunto do Banco Santander					
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. (EBP)	Outras	5.076	1.736	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (Gestora de Crédito)	Birô de Crédito	8.144	1.756	15,56%	15,56%
Influência Significativa pelo Banco Santander					
CIP S.A.	Outras	9.248	-	17,53%	17,53%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras	743.944	68.771	0,00%	18,98%
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000	-	0,00%	50,00%
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	Outras	22.454	-	0,00%	20,00%
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Outras	20.000	-	0,00%	16,66%
Influência Significativa pela Santander Corretora de Seguros					
Webmotors S.A.	Tecnologia	182.197.214	-	0,00%	30,00%
Controlada da Webmotors S.A.					
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop)	Prestação de Serviços	23.243	-	0,00%	51,00%
Car10 Tecnologia e Informação S.A. (Car10)	Tecnologia	6.591	-	0,00%	66,67%
Controlada da TecBan					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras	542.004	-	0,00%	100,00%
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras	1.000	-	0,00%	100,00%
Controlada da Tbnet					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras	517.505	-	0,00%	100,00%
Fundos de Investimentos Consolidados					
• Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);					
• Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);					
• Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);					
• Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);					
• Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (3);					
• Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);					
• Prime 16 - Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FI) (2);					
• Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (3);					
• Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (4);					
• Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;					
• Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado - Não Padronizado (5);					
• Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;					
• Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - Getnet (4);					
• Santander Flex Fundo de Investimento Direitos Creditórios (5);					
• San Créditos Estruturados - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado (5);					
• D365 - Fundo De Investimento em Direitos Creditórios (5);					
• Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus (5); e					
• Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Precato IV (5);					

- (1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das suas cotas subordinadas.
- (2) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.
- (3) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.
- (4) Este fundo passou a ser consolidado em junho de 2022 e é controlado através do Aymoré CFI, detém 100% das cotas deste fundo.
- (5) Fundo controlado pela Return Capital Serviços de Recuperação de Crédito S.A.

b) Composição dos Investimentos

Controladas do Banco Santander	Banco				
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos	Resultado da Equivalência Patrimonial	31/12/2023
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (1)	-	-	-	-	202.266
Aymoré CFI (2)	22.838.738	2.381.501	22.838.738	43.647.927	2.381.501
Banco RCI Brasil S.A.	1.273.561	166.025	508.035	568.985	84.214
CIP S.A.	2.819.931	611.211	503.922	407.441	109.223
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	214.216	(49.924)	214.216	264.141	(49.924)
Esfera Fidelidade S.A.	908.089	775.650	908.089	1.332.438	775.650
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	7.482.700	808.568	7.482.700	6.457.613	808.568
Sancap	1.223.774	662.702	1.223.774	1.203.326	662.702
Santander Brasil Consórcio	1.027.901	578.175	1.027.901	1.449.725	578.175
Santander CCVM	975.595	50.516	975.593	925.557	50.516
Santander Corretora de Seguros	6.462.279	2.073.045	6.462.279	6.008.296	2.073.046
Santander Leasing	11.445.416	728.033	11.445.416	11.664.349	728.033
SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	230.246	31.793	230.246	196.749	31.793
Outros	1.131.523	(78.782)	1.298.301	1.169.883	97.387
Total	58.033.969	8.738.515	55.119.210	75.296.430	8.312.900

Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander	Banco				
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos	Resultado da Equivalência Patrimonial	31/12/2023
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	21.511	(8.488)	3.585	-	(1.415)
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	212.825	11	42.565	42.563	2
EBP	1.873	163	208	745	18
Gestora de Crédito	363.386	(34.956)	56.507	61.590	(5.436)
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	3.214	707	1.607	1.254	353
Stellantis Corretora	-	3.850	-	540	1.021
Santander Auto	73.525	38.382	36.762	30.778	19.191
TecBan	967.600	12.828	183.650	181.216	2.435
Influência Significativa pela Santander Corretora de Seguros					
Webmotors S.A.	356.517	155.698	106.956	216.662	46.711
Influência Significativa pelo Banco Santander					
CIP S.A.	2.819.931	611.211	503.922	407.441	109.223
Total	4.820.382	779.406	935.762	942.789	173.007

- (1) Cindida totalmente tendo seu patrimônio absorvido por ambas suas controladas diretas, Return Capital S.A. ("Return") e Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda. vide nota explicativa nº30 h.
- (2) Em 20 de setembro de 2023, foi aprovada a redução do capital social da Aymoré CFI em 20 bilhões, a operação será efetivada após a homologação do Banco Central do Brasil.

14. Imobilizado de Uso

Imóveis de Uso	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo	Depreciação Residual	Custo	Depreciação Residual
Terenos	2.385.144	(991.889)	1.393.255	2.425.172
Edificações	613.619	-	1.313.619	629.138
Outras Imobilizações de Uso	1.771.525	(991.889)	779.636	1.796.034
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	13.559.747	(9.701.225)	3.858.522	13.604.297
Equipamentos de Processamento de Dados	5.641.818	(4.080.962)	1.560.856	5.747.634
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2.958.597	(1.960.612)	997.985	2.537.400
Sistemas de Segurança e Comunicações	3.946.673	(2.964.733)	981.940	4.330.347
Outras	945.019	(664.032)	280.987	919.558
Total	67.840	(30.886)	36.754	69.558
Total	15.944.891	(10.693.114)	5.251.777	16.029.469

Saldo no Início do Exercício	01/01 a 31/12/2023		01/01 a 31/12/2022	
	Custo	Depreciação Acumulada	Custo	Depreciação Acumulada
Adições	1.040.101	-	1.040.101	-
Depreciação	-	(1.275.833)	-	(1.275.833)
Baixas	(1.131.359)	902.740	(228.619)	(748.712)
Transferências	6.679	(2.827)	3.852	28.131
Saldo no Final do Período	15.944.891	(10.693.114)	5.251.777	16.029.469

Imóveis de Uso	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo	Depreciação Residual	Custo	Depreciação Residual
Terenos	2.617.403	(1.049.217)	1.568.186	2.711.940
Edificações	658.187	-	658.187	698.906
Outras Imobilizações de Uso	1.959.216	(1.049.217)	909.999	2.013.034
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	13.956.282	(9.869.620)	4.086.662	13.923.997
Equipamentos de Processamento de Dados	5.693.158	(4.137.663)	1.555.495	5.824.735
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.117.011	(1.977.807)	1.139.204	2.635.567
Sistemas de Segurança e Comunicações	4.110.261	(3.055.802)	1.054.459	4.540.016
Outras	949.249	(667.430)	281.819	923.401
Total	86.603	(30.918)	55.685	90.278
Total	16.573.685	(10.918.837)	5.654.848	16.635.937

Saldo no Início do Exercício	01/01 a 31/12/2023		01/01 a 31/12/2022	
	Custo	Depreciação Acumulada	Custo	Depreciação Acumulada
Adições	1.149.074	-	1.149.074	-
Depreciação	-	(1.332.212)	-	(1.332.212)
Baixas	(1.218.005)	937.086	(280.919)	(793.156)
Transferências	6.679	(2.827)	3.852	(28.830)
Saldo no Final do Período	16.573.685	(10.918.837)	5.654.848	16.635.937

15. Intangível

Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo	Amortização Líquido	Custo	Amortização Líquido
Outros Ativos Intangíveis	27.220.515	(26.917.442)	303.073	502.785
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	14.016.884	(7.237.002)	6.779.882	5.812.357
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	9.339.126	(5.234.848)	4.104.278	3.342.563
Outros	4.504.378	(1.850.254)	2.654.124	2.428.486
Total	173.380	(151.900)	21.480	41.308
Total	41.237.399	(34.154.444)	7.082.955	6.315.142

Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo	Amortização Líquido	Custo	Amortização Líquido</

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

17. Outros Passivos Financeiros

a. Composição

Carteira de Câmbio
Negociação e Intermediação de Valores
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados
Relações Interdependências e Interfinanceiras
Total
Circulante
Não Circulante

Banco	
31/12/2023	31/12/2022
Total	Total
63.753.620	91.495.357
313.080	196.559
19.626.967	19.537.618
146.792	165.518
6.438.024	6.107.598
90.278.483	117.502.650
78.170.338	99.934.908
12.108.145	17.567.742

Carteira de Câmbio
Negociação e Intermediação de Valores
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados
Relações Interdependências e Interfinanceiras
Total
Circulante
Não Circulante

Consolidado	
31/12/2023	31/12/2022
Total	Total
63.753.620	91.495.357
2.785.941	1.342.758
19.626.967	19.537.618
178.846	200.971
6.438.025	6.107.600
92.783.399	118.684.304
78.162.872	99.304.698
14.620.527	19.379.606

b. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Banco/Consolidado		Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.) (1)	Total	Total
	31/12/2023	31/12/2022				
Notes - Nível I (1)	nov-18	sem prazo (perpétuo)	US\$1.250	7,250%	6.116.218	6.591.740
Notes - Nível II (1)	nov-18	nov-28	US\$1.250	6,125%	-	6.580.937
Letras Financeiras - Nível II (2)	nov-21	nov-31	R\$5.300	CDI+2%	7.072.124	6.133.677
Letras Financeiras - Nível II (2)	dez-21	dez-31	R\$200	CDI+2%	266.647	231.264
Letras Financeiras - Nível II (2)	out-23	out-33	R\$6.000	CDI+1,6%	6.171.978	-
Total					19.626.967	19.537.618

(1) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

(2) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 e outubro 2023 possuem opção de resgate e recompra.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$ 150mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

18. Outros Passivos

Provisão Técnica para Operações de Capitalização
Obrigações com Cartões de Crédito
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 19.b)
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 19.b)
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 27)
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Controladores
Provisão para Pagamentos a Eteuar

Despesas de Pessoal
Despesas Administrativas
Outros Pagamentos
Credores por Recursos a Liberar
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento
Fornecedores
Sociais e Estatutárias
Obrigações com Operações TVM Exterior
Débitos com Operações de Seguros
Outras (1)
Total
Circulante
Não Circulante

	Banco		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	-	-	4.382.123	4.271.215
	44.790.626	40.274.848	45.143.460	40.544.183
	2.326.237	4.141.393	2.521.560	6.722.249
	5.734.590	4.257.374	6.188.861	4.594.202
	550.374	413.438	550.374	413.438
	2.508.983	1.752.607	2.543.504	1.775.202
	5.376	4.995	5.376	4.995
	496	496	496	496
	1.807.154	1.901.611	2.338.857	2.265.757
	260.989	239.671	623.225	516.502
	48.466	66.564	159.725	192.212
	1.053.873	996.143	1.053.873	996.143
	591.592	612.844	591.592	612.844
	802.212	588.811	1.204.366	1.000.553
	523.514	850.219	585.399	1.062.494
	3.510.605	3.775.387	3.510.605	3.775.387
	-	-	1.696.572	1.949.710
	10.137.251	4.478.017	13.989.486	8.719.931
	74.652.338	64.354.508	87.189.388	79.417.513
	12.525.591	30.260.094	23.902.138	36.571.840
	62.126.747	34.094.414	63.287.250	42.845.673

(1) Composto majoritariamente por variações cambiais referentes a Notes, saldos oriundos de programa de recompra e outros compromissos por recursos a serem liquidado.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de default, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (bureaus), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de default. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os ratings de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 2.682/1999. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN nº 4.512/2016.

Tipo de Garantia Financeira	31/12/2023		31/12/2022	
	Saldo Garantias	Provisão	Saldo Garantias	Provisão
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	5.094.679	100.147	2.156.115	27.835
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	7.020.490	8.909	6.454.815	7.369
Vinculadas ao Fomento de Mercadorias	2.768.318	1.985	1.965.704	1.448
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	13.688.909	327.298	12.188.938	308.422
Outros Avals	90.386	1.840	93.919	1.774
Outras Fianças Bancárias	31.184.916	60.216	23.192.067	60.752
Outras Garantias Financeiras Prestadas	2.062.860	49.979	267.886	5.837
Total	61.910.558	550.374	46.319.444	413.437

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	Banco/Consolidado	
	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Saldo Inicial	413.437	324.728
Constituição	215.953	93.304
Reversão (1)	(79.016)	(4.595)
Saldo	550.374	413.437

(1) Corresponde a fianças honradas, mudança de rating ou provisão constituída na linha de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.

19. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 18)	2.326.237	4.141.393	2.521.560	6.722.249
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 18)	5.734.590	4.257.374	6.188.861	4.594.202
Ações Trabalhistas	3.051.424	1.532.949	3.291.702	1.711.146
Ações Cíveis	2.683.166	2.724.425	2.897.159	2.883.056
Total	8.060.827	8.398.767	8.710.421	11.316.451

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	Banco					
	01/01 a 31/12/2023			01/01 a 31/12/2022		
	Fiscais (1)	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	4.141.393	1.532.949	2.724.425	4.312.234	1.941.169	3.092.507
Constituição Líquida de Reversão (2)	(1.839.160)	2.767.138	622.454	144.787	720.840	298.527
Atualização Monetária	146.335	55.322	232.733	198.085	105.314	306.736
Baixas por Pagamento	(122.331)	(1.303.985)	(896.446)	(513.713)	(1.234.374)	(973.345)
Saldo Final	2.326.237	3.051.424	2.683.166	4.141.393	1.532.949	2.724.425
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.813.686	666.387	305.127	1.473.382	708.426	271.252
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	2.898	58.462	8	2.904	1.469	203
Total dos Depósitos em Garantia (3)	1.816.584	724.849	305.135	1.476.286	709.895	271.455

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais (até 2022), contabilizados em outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Em 2023, inclui a reversão da provisão para processos de PIS e COFINS referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98 (Vide nota 26).

(3) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão das contingências classificadas como prováveis. O valor dos depósitos das demais contingências classificadas como possíveis ou remotas, no Banco é R\$5.332 milhões e no Consolidado é R\$6.595 milhões.

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

d.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$1.099.049 (31/12/2022 - R\$1.016.253) no Banco e Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTMV) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTMV na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTMV, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTMV) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$136.977 no Banco e R\$138.250 no Consolidado (31/12/2022 - R\$130.164 no Banco e R\$133.593 no Consolidado): O Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$365.087 no Banco e R\$379.234 no Consolidado (31/12/2022 - R\$288.660 no Banco e R\$319.020 no Consolidado): O Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritas na nota 20.e.

d.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banesp

Ação coletiva ajuizada pela AFABESP (associação de aposentados e ex-funcionários do Banesp) pleiteando o pagamento de bônus semestral previsto no estatuto social do Banco. A decisão final da ação foi desfavorável ao Santander. Agora, cada beneficiário da decisão poderá ingressar com uma ação individual para receber o valor devido. O risco de perda é provável.

Como os acórdãos adotaram posicionamentos distintos para cada caso, foi instaurado perante o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) um procedimento denominado Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) com o objetivo de estabelecer critérios objetivos a respeito das teses trazidas pelo Banco, principalmente as prescrições e limitações de pagamentos até dezembro de 2006 (Plano V).

Por fim, devido à divergência de interpretação da Constituição Federal, também foi ajuizada Ação de Alegação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), para que o Supremo Tribunal Federal (STF) resolva a questão e indique o estatuto correto de limitações a serem utilizadas nos casos individuais arquivados.

Em 31 de dezembro de 2023 a provisão está constituída com base na estimativa de perda provável das ações individuais contra o Banco.

d.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tabular).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Cíveis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

e) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 02 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou na mesma data, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.986.424 Units, representativas de 36.986.424 ações ordinárias e 36.986.424 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2023, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2023, o Banco Santander possuía 348.147.839 ações ordinárias e 375.952.252 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 03 de agosto de 2022, encerrando-se em 05 de fevereiro de 2024.

	Banco/Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Em Milhares de Ações		
Quantidade		
Units	31.161	15.755
Alienadas - Remuneração Baseado em Ações	1.272	20.297
Ações em Tesouraria no Início do Período	(5.241)	(4.891)
Ações em Tesouraria no Final do Período	27.192	31.161
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 1.105.012	R\$ 1.217.545
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	R\$ 1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 1.106.783	R\$ 1.219.316

	Units	
	31/12/2023	31/12/2022
Custo Mínimo (*)	R\$ 7,55	R\$ 7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R\$ 27,62	R\$ 27,73
Custo Máximo (*)	R\$ 49,55	R\$ 49,55
Cotação da Ação	R\$ 31,00	R\$ 28,19

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2023	31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Banco RCI Brasil S.A.	765.526	857.368	99.796	126.897
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	263.562	218.808	45.233	41.107
Banco PSA	-	130.404	10.457	12.960
Rojo Entretenimento S.A.	8.165	7.692	697	528
GIRA	(9.379)	(73)	(6.774)	(3.182)
Toro CTVM	112.008	115.671	(3.212)	2.694
Toro Investimentos	18.764	18.538	360	(148)
Solution 4Fleet	25	1.648	(1.785)	(1.024)
Apê11	2.017	3.263	(1.278)	(478)
Total	1.160.688	1.353.319	143.494	179.354

21. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Para o período de janeiro a dezembro de 2023, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R\$500.000.000 (quinhentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2023.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	31/12/2023		01/01 a 31/12/2023		31/12/2022		01/01 a 31/12/2022	
	Remuneração Fixa		134.433		117.630		126.802	
Remuneração variável - Em espécie		126.802		117.877		91.306		87.702
Remuneração variável - Em ações		91.306		87.702		79.229		61.871
Outras		79.229		61.871		431.770		385.080
Total Benefícios de Curto Prazo		431.770		385.080		99.506		95.398
Remuneração variável - Em espécie		99.506		95.398		96.361		99.827
Remuneração variável - Em ações		96.361		99.827		195.867		195.225
Total Benefícios de Longo Prazo		195.867		195.225		627.637		580.305

Adicionalmente, em 2023 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$41.603 (31/12/2022 - R\$ 37.635).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:

- seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- as pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- as pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- as pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- as pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- as pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

	Em Milhares de Ações					
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2022	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Acionistas						
Sterrebeek B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	3.184	0,1%	3.184	0,1%	6.368	0,1%
Outras	348.148	9,1%	375.952	10,2%	724.100	9,7%
Total em Circulação	3.791.502	99,3%	3.652.643	99,3%	7.444.145	99,3%
Ações em Tesouraria	27.193	0,7%	27.193	0,7%	54.386	0,7%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
Free Float (2)	348.148	9,1%	375.952	10,2%	724.100	9,7%

	Em Milhares de Ações					
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2022	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Acionistas						
Sterrebeek B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.444	0,1%	4.444	0,1%	8.888	0,1%
Outros	342.919	9,0%	370.723	10,1%	713.642	9,6%
Total em Circulação	3.787.533	99,2%	3.648.674	99,2%	7.436.207	99,2%
Ações em Tesouraria	31.162	0,8%	31.162	0,8%	62.324	0,8%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
Free Float (2)	342.919	9,0%	370.723	10,1%	713.642	9,5%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Coligadas e de controle		Pessoal chave		Banco			
	Controladores (1)		da Administração (3)					
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022				
Ativo	25.120.898	25.135.459	93.150.685	69.978.695	22.729	16.288	118.294.312	95.130.442
Disponibilidades	1.406.316	725.598	73.688	180.964	-	-	1.480.004	906.562
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.348.971	6.836.003	57.817.876	43.027.732	-	-	70.166.847	49.863.735
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	885.833	764.635	-	-	885.833	764.635
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	4.426.944	2.978.168	1.015.902	452.537	-	-	5.442.846	3.430.705
Relações Interfinanceiras	-	-	22.628.266	21.404.794	-	-	22.628.266	21.404.794
Operações de Crédito	-	-	321.728	1.316.239	22.729	16.284	344.457	1.332.523
Dividendos e Bonificações a Receber	391.436	237.394	-	530.194	-	-	306.212	530.194
Negociação e Intermediação de Valores	6.184.687	14.253.327	-	-	-	-	391.436	237.394
Carteira de Câmbio - Ativa	-	-	-	-	-	-	6.184.687	14.253.327
Rendas a Receber	-	-	927.017	952.864	-	-	927.017	952.864
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	-	189.325	82.459	-	-	189.325	82.459
Outros Ativos - Diversos	362.544	104.969	8.984.838	1.269.277	-	-	9.347.382	1.371.250
Passivo	(17.455.795)	(37.992.318)	(41.723.372)	(45.428.700)	(233.974)	(118.448)	(59.413.141)	(83.539.467)
Depósitos	(5.030.951)	(3.063.898)	(2.036.810)	(4.045.388)	(26.451)	(31.040)	(7.094.212)	(7.140.326)
Operações Compromissadas	-	-	(7.369.449)	(7.479.418)	101	301	(7.369.348)	(7.479.117)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	76.365	201.054	76.365	201.054
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(7.104.035)	(31.904.862)	(32.417.116)	-	-	(31.904.862)	(39.521.151)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(195)	(201.359)	(253.831)	(1.347.740)	-	-	(254.026)	(1.549.099)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(6.116.218)	(13.172.677)	-	-	-	-	(6.116.218)	(13.172.677)
Carteira de Câmbio - Passiva	(6.238.279)	(14.428.579)	-	-	-	-	(6.238.279)	(14.428.579)
Outros Passivos - Diversos	(70.152)	(21.770)	(158.420)	(139.038)	(297.339)	(298.121)	(525.911)	(458.929)
Garantias e Limites	-	-	-	-	13.350	9.357	13.350	9.357

	Coligadas e de controle		Pessoal chave		Banco			
	Controladores (1)		da Administração (3)					
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022				
Ativo	25.120.898	25.135.459	24.225.278	24.106.159	22.729	16.380	49.368.995	49.257.998
Disponibilidades	1.406.316	725.598	73.688	180.964	-	-	1.480.004	906.562
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.348.971	6.836.003	-	-	-	-	12.348.971	6.836.003
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	497.304	791.288	-	-	497.304	791.288
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	4.426.944	2.978.168	-	-	-	-	4.426.944	2.978.168
Relações Interfinanceiras	-	-	22.612.800	21.381.455	-	-	22.612.800	21.381.455
Operações de Crédito	-	-	45.427	830.506	22.729	16.376	68.156	846.882
Dividendos e Bonificações a Receber	-	-	20.466	26.210	-	-	20.466	26.210
Negociação e Intermediação de Valores	391.436	237.394	-	-	-	-	391.436	237.394
Carteira de Câmbio - Ativa	6.184.687	14.253.327	-	-	-	-	6.184.687	14.253.327
Rendas a Receber	-	-	945.983	889.699	-	-	945.983	889.699
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	-	29.535	6.037	-	-	29.535	6.037

	Coligadas e de controle		Pessoal chave		Banco
	Controladores (1)		da Administração (3)		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Ativo	25.120.898	25.135.459	24.2		

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(549.324)	114	(32.443)	(646.993)	(528)	(43.982)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.518.890)	(222)	(104.974)	1.906.390	308	139.901
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(180.497)	(137)	-	-	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(2.248.711)	(245)	(137.417)	1.257.397	(220)	95.919
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(432.347)	320	258.734	785.599	362	(157.636)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(432.347)	320	258.734	785.599	362	(157.636)
Mudança no Superávit Irrecuperável	1.941.430	-	(122.196)	177.712	-	62.348

	31/12/2023			31/12/2022		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(553.348)	114	(32.443)	(696.050)	(528)	(43.982)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.547.556)	(222)	(104.974)	1.947.242	308	139.901
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(177.988)	(137)	-	-	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(2.278.892)	(245)	(137.417)	1.251.192	(220)	95.919
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(386.107)	320	258.734	(805.641)	362	(157.636)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(386.107)	320	258.734	(805.641)	362	(157.636)
Mudança no Superávit Irrecuperável	1.923.889	-	(122.196)	(144.920)	-	62.348

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Planos	Duração (em Anos)	
	31/12/2023	31/12/2022
Banesprev		
Plano I	9,62	8,87
Plano II	9,74	9,48
Plano III	8,79	8,30
Plano IV	9,69	10,11
Plano V	7,24	7,19
Pré-75	8,22	7,83
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	5,51/5,13/6,07	5,17/4,79/5,67
Sanprev		
Plano I	6,14	5,78
Plano II	9,49	9,24
Plano III	8,86	8,25
Bandeprev		
Plano Básico	8,01	7,74
Plano Especial I	5,70	5,61
Plano Especial II	5,19	5,16
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	6,11	5,90

b) Plano de assistência médica e odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo:

Entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade. Os planos administrados pela entidade são:

- Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi);
- Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares).

Aposentados pela Bandeprev:

Plano de assistência médica concedido aos aposentados oriundos do Banco do Estado de Pernambuco; trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores Saúde:

Diretores, Diretores Executivos, Diretores Vice-Presidentes e Diretor Presidente, poderão, por liberalidade, optar pela permanência vitalícia ao plano de assistência médica, em caso de término do vínculo com o Banco Santander ou empresas do seu conglomerado sem justa causa; desde que cumpram os seguintes requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de diretor no Banco Santander ou empresas do seu conglomerado por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completos. O plano será mantido nos mesmos moldes de que o diretor gozava no momento do seu desligamento, inclusive quanto ao pagamento da sua cota parte, que deverá ser realizado por meio de boleto. Os dependentes ativos no momento do desligamento serão mantidos no mesmo plano do diretor, não sendo permitida a inclusão de novos dependentes em nenhuma hipótese.

Seguro de Vida para Aposentados (Seguros de Vida): concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida): Incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

Clínica Grátis:

Plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

III. Técnicas atuariais

O valor das obrigações de benefício definido foi determinado por atuários independentes utilizando as seguintes técnicas atuariais:

• Método de avaliação

Método do crédito unitário projetado, que vê cada ano de serviço resultando em uma unidade adicional de direito ao benefício e mede cada unidade separadamente.

Apuuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banco				Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos								
Valor Presente das								
Obrigações Atuariais	(4.332.719)	(641.991)	(3.884.981)	(550.687)	(4.488.343)	(641.991)	(4.037.977)	(550.687)
Valor Justo dos Ativos do Plano	5.377.212	-	4.758.029	-	5.570.353	-	4.945.407	-
	1.044.493	(641.991)	873.048	(550.687)	1.082.010	(641.991)	907.430	(550.687)
Sendo:								
Superávit	1.044.494	-	873.048	-	1.082.010	-	907.429	-
Déficit	-	(641.991)	-	(550.687)	-	(641.991)	-	(550.687)
Valor não Reconhecido como Ativo	-	(873.048)	-	-	1.082.010	-	907.429	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	1.044.494	-	(873.048)	-	1.082.010	-	907.430	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	-	(641.991)	-	(550.687)	-	(641.991)	-	(550.687)
Contribuições Efetuadas	170.375	41.074	161.605	36.779	173.335	41.074	164.766	36.779
Receitas (Despesas) Reconhecidas	7.839	(54.738)	4.114	(54.462)	7.929	(54.738)	4.006	(54.462)
Outros Ajustes de								
Avaliação Patrimonial	(1.558.705)	(3.068)	(1.377.516)	74.572	(1.534.182)	(3.068)	(1.355.968)	74.572
Rendimento Efetivo sobre os								
Ativos do Plano	842.964	-	42.339	-	858.727	-	45.779	-

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco				Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(123.136)	(57.334)	(23.045)	12.643	(113.774)	(57.334)	(23.501)	12.643
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(356.116)	(51.150)	492.989	67.328	(368.157)	(51.150)	512.958	67.328
Mudanças em Hipóteses Demográficas	2.173	30.844	-	126	2.994	30.844	-	126
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(477.079)	(77.640)	469.944	80.097	(478.937)	(77.640)	489.457	80.097
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	388.785	-	(390.745)	-	387.599	-	(403.979)	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	388.785	-	(390.745)	-	387.599	-	(403.979)	-
Mudança no Superávit Irrecuperável	(89.920)	-	(244.178)	-	(89.852)	-	(254.205)	-

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Planos	Duração (em Anos)	
	31/12/2023	31/12/2022
Cabesp	12,01	11,83
Bandepe	10,39	9,79
Clínica Grátis	9,32	8,91
Diretores Vitaisícios	6,90	6,88
Diretores Saúde	23,81	22,61
Circulares (1)	9,02 e 8,34	8,74 e 7,98
Seguro de Vida	5,28	7,88

(1) A duração 9,02 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro (31/12/2022 - 8,74) e 8,34 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real (31/12/2022 - 7,98).

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 31 de dezembro de 2023, válidos para 31 de dezembro de 2022, são as seguintes:

	Banco/Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Instrumentos de Patrimônio	0,0%	0,0%
Instrumentos de Dívida	95,1%	95,1%
Bens Imóveis	0,2%	0,2%
Outros	4,7%	4,7%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Abaixo estão as premissas atuariais adotadas:

	Banco/Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial e Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	8,7%	8,7%	9,44% (1)	9,64% (2)
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,5%	N/A	3,5%	N/A
Banesprev I, III, Pre75, Sanprev I, III, Santanderprevi, DAB, DCA e Caciban:				
Custo A	-	-	-	-
AT2000 suavizada em 10%				
Demais planos:	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

(1) Banesprev II, V e Pré 75;

(2) Cabesp.

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, teriam os seguintes efeitos:

	Banco/Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros				
(+)/0,5%	(27.627)	(346.439)	(22.524)	(240.984)
(-)/0,5%	24.768	266.243	24.802	265.351
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral				
Aplicada (+) 2 anos	(50.263)	(611.723)	(42.586)	(455.624)
Aplicada (-) 2 anos	48.527	544.105	45.310	484.763
Custo Assistencial Médica				
(+)/0,5%	26.968	291.763	29.297	313.438
(-)/0,5%	(30.133)	(376.538)	(27.104)	(289.978)

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha leva em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/ Liquidação	01/01 a 31/12/2023		01/01 a 31/12/2022	
				R\$		R\$	
Ações do Santander (Brasil)	Ações do Santander (Brasil)	01/2019 a 12/2021	2022 e 2023	R\$ -	(3)	R\$ 40.403	(3)
		01/2020 a 12/2022	2023	R\$ -	(2)	R\$ 4.002.000	(2)
		01/2021 a 10/2024	2024	R\$ 18.270.000	(1)	R\$ 23.490.000	(1)
		01/2023 a 12/2026	2026	750.000	(1)	-	(1)
		01/2021 a 12/2023	2023	R\$ -	(4)	R\$ 1.500.000	(4)
Locais	Ações do Santander (Brasil)	07/2019 a 06/2022	2022	-	SANB11 (5)	111.066	SANB11 (5)
		09/2020 a 09/2022	2022	-	SANB11 (5)	304.594	SANB11 (5)
		01/2020 a 09/2023	2023	-	SANB11 (4)	209.278	SANB11 (4)
		01/2021 a 12/2022	2023	-	SANB11 (4)	139.163	SANB11 (4)
		01/2021 a 12/2023	2024	292.537	SANB11	343.863	SANB11
		01/2021 a 12/2024	2024	217.291	SANB11	222.178	SANB11
		01/2022 a 12/2025	2025	118.363	SANB11	66.323	SANB11
		01/2023 a 12/2026	2026	15.637	SANB11	-	SANB11
		2023	2023	EUR 3,67	SAN (6)	159.253	SAN (6)
		2023, com limite para exercício das opções até 2030	2023	EUR 2,685	420.394	Op. Ações SAN (7)	832.569
02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029	2025	EUR 3,104	95.786	Op. Ações SAN (7)	370.477	Opções ações SAN (7)	
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Globais	2025, com limite para exercício das opções até 2030	2026	EUR 3,088	367.827	199.680	Op. Ações SAN (7)
		2026, com limite para exercício das opções até 2033	2026	537.637	Op. Ações SAN (7)	537.637	Opções ações SAN (7)

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

G. Risco Socioambiental

A fim promover um cenário mais controlado e seguro para nossas operações e ainda fomentar o desenvolvimento de negócios onde há adoção de práticas sustentáveis, o Banco Santander realiza a gestão permanente dos riscos que envolvem nossas atividades e que possam trazer impactos à Organização, acionistas, clientes, sociedade e meio ambiente.

Neste sentido, o Banco Santander dispõe da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas sociais, ambientais e climáticas nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem a análise dos riscos social, ambiental e climático, para concessão de crédito, dos clientes Atacado e do segmento Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$5 milhões. Estes clientes, tanto do Atacado quanto do Varejo, são enquadrados em 14 setores de atenção, segregados em dois níveis de risco: subsetores de médio e alto risco. Esta análise também abrange operações do agro (incluindo clientes pessoa física), crédito imobiliário, projetos, garantias, fusões e aquisições. A análise de Risco Socioambiental e Climático tem como objetivo subsidiar e mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional, sempre com uma visão de riscos integrados. Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador, sendo este um conjunto de diretrizes empregado na análise dos riscos socioambientais e climáticos no financiamento de grandes projetos de infraestrutura e energia. A diligência para os aspectos sociais, ambientais e climáticos é feita mesmo para os projetos que eventualmente não sejam enquadrados nestes princípios. A estrutura de gestão mencionada está alinhada ao atendimento das resoluções CMN nº 4.943 e nº 4.945, determinando que as organizações tenham um olhar mais apurado no gerenciamento dos riscos associados a questões sociais, ambientais e climáticas, além de uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC).

H. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidas na gestão, no apetite ao risco e no RPA (Risk Profile Assessment) sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidente Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).

Para maiores informações, vide publicação "Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital - Resolução nº 4.557/ BACEN" na página <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

b) Limites Operacionais

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistêmico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de Referência Nível I	81.259,1	75.943,7
Capital Principal	75.042,8	69.229,0
Capital Complementar (Nota 17.b)	6.216,3	6.714,7
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 17.b)	13.644,2	13.109,8
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	94.903,3	89.053,5
Risco de Crédito (1)	560.780,9	559.230,6
Risco de Mercado (2)	33.002,7	19.332,1
Risco Operacional	60.491,1	60.073,2
Total de RWA (3)	654.274,7	638.635,9
Índice de Basileia Nível I	12,43	11,89
Índice de Basileia Capital Principal	11,48	10,84
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	14,51	13,94

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022.

(2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAJur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAJur2), índices de preços (RWAJur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAJur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs), parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWAcam), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWAacv).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN nº 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais. Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedge. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, considerando as informações de mercado e cenário que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e à carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2023.

Fatores de Risco	Descrição	Consolidado		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(6.243)	(156.303)	(312.606)
Cupom de taxa de juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(96)	(1.405)	(2.811)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de cupons de índices de preços	(588)	(32.006)	(64.013)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de dólar	(4.351)	(49.031)	(98.062)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(516)	(2.981)	(5.963)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(2.807)	(70.180)	(140.360)
	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de juros de papéis negociando no mercado internacional	(1.395)	(16.714)	(33.426)
Ações e índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(2.275)	(56.870)	(113.740)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(258)	(6.462)	(12.924)
Total (1)		(18.529)	(391.952)	(783.905)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: Choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking

Fatores de Risco	Descrição	Consolidado		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(50.119)	(1.524.532)	(3.580.714)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(28.303)	(671.672)	(1.473.630)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(38.250)	(486.854)	(905.297)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(5.690)	(124.534)	(231.941)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(956)	(15.016)	(30.143)
Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(31.681)	(503.012)	(1.057.028)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(150)	(3.739)	(7.478)
Total (1)		(155.149)	(3.329.359)	(7.286.231)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

29. Reestruturações Societárias

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Aquisição do renascimento de Participação Societária na Apé11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda.

Em 22 de dezembro de 2023, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") - subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Apé11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda. ("Apé11"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir os 10% de do capital social da Apé11 renascente detidos pelos minoritários ("Operação"). Como resultado da Operação a SHI passou a deter 100% do Capital Social da Apé11.

b) Incorporação Total da Mob Soluções em Tecnologia Ltda. pela Return Capital S.A. e Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 31 de outubro de 2023, a Mob Soluções em Tecnologia Ltda. ("Mob") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. ("Mobills"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mob não implicou um aumento de capital social da Mobills, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mob era detida pela Mobills e portanto já refletida em conta de investimento por equivalência.

c) Venda da totalidade da participação detida no Banco PSA Finance Brasil S.A. e na Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda.

Em 31 de agosto de 2023, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") e a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora de Seguros") concluíram a operação de venda de participações societárias detida (a) pela Aymoré, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social do Banco PSA Finance Brasil S.A. ("Banco PSA"), para o Stellantis Financial Service, S.A. e (b) pela Santander Corretora de Seguros, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social da Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda. ("Stellantis Corretora"), para a Stellantis Services Ltd. ("Operação").

Com a conclusão da Operação, a Aymoré deixou de deter participação societária no Banco PSA e a Santander Corretora de Seguros deixa de deter participação societária na Stellantis Corretora.

d) Aquisição de participação e investimento na Fit Economia de Energia S.A.

Em 01 de agosto de 2023, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. celebrou, junto a HB Fit Participações Ltda., um contrato para aquisição e investimento na Fit Economia de Energia S.A. ("Companhia"), de forma que, uma vez efetivada a operação, passará a ser titular de 65% do capital social da Companhia ("Operação").

A conclusão da Operação estará sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

e) Joint-venture entre Banco Santander (Brasil) S.A. e Sodexo Pass International e Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.

Em 24 de junho de 2023, o Banco Santander celebrou, junto a Sodexo Pass International e Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda., um contrato de joint-venture, de forma que, uma vez efetivada a operação, passará a ser titular de 20% do capital social da Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A. ("Operação").

A conclusão da Operação estará sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

f) Aquisição da totalidade da participação acionária na Toro Participações S.A.

Em 07 de junho de 2023, o Banco Santander celebrou, junto aos acionistas da Toro Participações S.A. ("Toro Participações"), um contrato para aquisição da totalidade das ações da Toro Participações, de forma que, uma vez efetivada a operação, passará a deter, indiretamente, a titularidade de 100% do capital social da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e da Toro Investimentos S.A. ("Operação").

Em 03 de janeiro de 2024, com a conclusão da Operação, o Banco Santander passou a deter 100% da participação acionária da Toro Participações e indiretamente 100% do capital social da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e da Toro Investimentos S.A.

g) Venda de parcela da participação acionária da Santander Corretora na Webmotors S.A. para a Carsales.com Investments PTY LTD

Em 28 de abril de 2023, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") concluiu a operação de venda de ações representativas de 40% do capital social da Webmotors S.A. ("Webmotors") para a Carsales.com Investments PTY LTD ("Carsales") ("Operação").

Com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a ser titular de 30% e a Carsales de 70% do capital social da Webmotors.

h) Investimento da Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. na Biomas - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.
Em 9 de novembro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") celebrou um acordo de investimento para se tornar acionista ("Operação") da Biomas - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. ("Biomas"). A Biomas é uma empresa constituída com a finalidade de prestar serviços voltados para o desenvolvimento e execução de atividades destinadas à restauração e conservação da biodiversidade e ecossistemas naturais, se alinhando, portanto, com os propósitos ESG (Environmental, Social and Governance) do Grupo Santander.

Em 21 de março de 2023, com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a deter 16,66% da participação acionária da Biomas.

i) Investimento da Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda. na Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

Em 20 de dezembro de 2022, o Banco Santander, em conjunto com os demais acionistas, realizou o fechamento da operação de investimento, por meio de subscrição de novas ações, pela Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda. ("Lexisnexis") na Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("GIC"). Com a conclusão da subscrição a Lexisnexis passou a ser acionista titular de ações equivalentes a 20% (vinte por cento) do capital social da GIC.

Com a implementação do fechamento e a entrada da Lexisnexis na GIC, o Santander passou a ser titular de 15,56% das ações de emissão da GIC.

j) Cisão Total da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. para Return Capital S.A. e Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.

Em 31 de outubro de 2023, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual") foi cindida totalmente tendo seu patrimônio absorvido por ambas suas controladas diretas, Return Capital S.A. ("Return") e Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda. ("Em Dia") de acordo com as proporções estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. Com a implementação da cisão total a Return teve seu capital aumentado em R\$ 3.990.617 e a "Em Dia" em R\$ 267.027.054, ambas passando a ser detidas diretamente pelo Banco Santander (Brasil) S.A. como o único acionista da Return e único sócio da "Em Dia".

k) Aquisição de participação na SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.

Em 26 de setembro de 2022, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander") adquiriu e subscreveu o aumento de capital na SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda ("SX Tools") passando a deter a totalidade de quotas da sociedade. Tal aumento de capital foi totalmente integralizado no exercício de 2022. A SX Tools irá atuar primariamente na prestação de serviços ao Banco Santander e empresas do Grupo e irá concentrar as contratações de fornecedores de tecnologias voltadas para prestação de tais serviços.

l) Aquisição de participação na CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

Em 21 de janeiro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora"), em conjunto com outros investidores, junto a CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. ("CSD BR") e seus respectivos acionistas, determinado acordo de investimento e outras avenças ("Acordo") com vistas à subscrição de participação minoritária na CSD BR ("Operação"). A CSD BR opera como uma registradora de ativos financeiros, derivativos, valores mobiliários e apólices de seguro, autorizada pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pela Superintendência de Seguros Privados. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Acordo, o fechamento da Operação ocorreu em 26 de maio de 2022, de forma que a Santander Corretora passou a deter 20% (vinte por cento) da participação acionária da CSD BR.

m) Venda da totalidade da participação detida na Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e Paytec Logística e Armazém Ltda.

Em 26 de maio de 2022, o Banco Santander celebrou, junto à Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. - Instituição de Pagamento ("Getnet IP"), o contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, de 100% das quotas sociais da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. ("Operação"). Com a implementação da Operação a Getnet IP passou a deter diretamente 100% das quotas da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda e indiretamente o controle da Paytec Logística e Armazém Ltda.

n) Aquisição de Participação Societária na Monetus Investimentos Ltda. e Monetus Corretora de Seguros Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos") e, em conjunto com a Toro CTVM, ("Toro") celebraram, junto aos sócios de Monetus Investimentos Ltda., e Monetus Corretora de Seguros Ltda. (em conjunto "Monetus"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Monetus ("Operação"). A Monetus, originária de Belo Horizonte, exerce suas atividades por meio de aplicativo de investimento automatizado baseado em objetivos. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

o) Aquisição de Participação Societária na Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. e Mob Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos") e, em conjunto com a Toro CTVM, ("Toro") celebraram, junto aos sócios da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda., e Mob Soluções em Tecnologia Ltda (em conjunto "Mobills"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Mobills ("Operação"). Com sede no Ceará, a Mobills possui uma variedade de aplicativos financeiros que contam com uma grande base de usuários, em especial relacionados a planejamento financeiro. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

30. Outras Informações

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$ 64.277.216 (31/12/2022 - R\$ 49.017.204) no Banco e no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$ 11.871.919 (31/12/2022 - R\$ 18.934.221) e o total de fundos de investimento administrados é de R\$ 291.736.828 (31/12/2022 - R\$275.279.164) registrados em contas de compensação.

c) Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2023, correspondentes a cobertura de incêndios, desastres naturais e outros riscos relacionados aos imóveis, têm valor de cobertura de R\$ 9.214.986, (31/12/2022 - R\$9.214.986) no Banco e no Consolidado. Além disso no Banco e no Consolidado em 31 de dezembro de 2023, existem outras apólices vigentes para coberturas de riscos relativos a fraudes, responsabilidade civil e outros ativos no valor de R\$ 1.546.050 (31/12/2022 - R\$1.546.050).

d) Entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não houve operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - No âmbito das resoluções CMN 3.263/2005 e 4.018/2011 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuem essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Até 1 Ano	582.294	284.945
Entre 1 a 5 Anos	1.132.409	1.044.715
Mais de 5 Anos	734.431	224.536
Total	2.449.134	1.554.196

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$ 649 (31/12/2022 - R\$700) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas em 2023, foram no valor de R\$ 326.745 (2022 - R\$391.408).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) Valor de mercado dos Ativos e Passivos - O Banco Santander classifica as mensurações ao valor de mercado usando a hierarquia de valor de mercado que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis ou importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente Swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza métodos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Deborah Stern Veitas - Presidente (independente) Jose Antonio Alvarez Alvarez - Vice-presidente Angel Santodomingo Martell - Conselheiro	Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente) Ede Ilson Viani - Conselheiro José de Paiva Ferreira - Conselheiro (independente)	José Garcia Cantera - Conselheiro Marília Arltonete Rocca - Conselheiro (independente) Mario Roberto Opice Leão - Conselheiro	Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente) Cristiana Almeida Pippozzi - Conselheira (independente)
COMITÊ DE AUDITORIA			
Pedro Augusto de Melo - Coordenador	Maria Elena Cardoso Figueira - Membro Técnico Qualificado	Andrea Maria Ramos Leonel - Membro	René Luiz Grande - Membro Vania Maria da Costa Borgerth - Membro
COMITÊ DE RISCOS E COMPLIANCE			
José de Paiva Ferreira - Coordenador	Jaime Leôncio Singer - Membro		José Mauricio Pereira Coelho - Membro
COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE			
Marília Arltonete Rocca - Coordenadora Andrea Marques de Almeida - Membro	Álvaro Antônio Cardoso de Souza - Membro Carlos Aguiar Neto - Membro	Luiz Masagão Ribeiro Filho - Membro Tasso Rezende de Azevedo - Membro	Vivianne Nageborin - Membro
COMITÊ DE NOMEAÇÃO E GOVERNANÇA			
Deborah Stern Veitas - Coordenadora	Deborah Patricia Wright - Membro	José Antonio Alvarez Alvarez - Membro Cristiana Almeida Pippozzi - Membro	
COMITÊ DE REMUNERAÇÃO			
Deborah Patricia Wright - Coordenadora	Deborah Stern Veitas - Membro		Luiz Fernando Sanzogo Giorgi - Membro
DIRETORIA EXECUTIVA			
DIRETOR PRESIDENTE			
Mario Roberto Opice Leão			
DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES			
Gustavo Alejo Viviani			
DIRETORES VICE-PRESIDENTE EXECUTIVOS			
Alessandro Tomao Andrea Marques de Almeida Antonio Pardo de Santayana Montes	Carlos José da Costa André Ede Ilson Viani Germanuela de Almeida de Abreu	Gilberto Duarte de Abreu Filho Mária Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite Renato Ejnisman	Vanessa de Souza Lobato Barbosa
DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA			
Adriana Marques Lourenço de Almeida Alexandre Guimarães Soares Ana Paula Vitali Janes Vescovi Ana Paula Neves Granieri Domenici André Jucaça de Almeida Carlos Aguiar Neto Celso Mateus de Queiroz Claudene Lopes Duarte Daniel Mendonça Pareto	Franco Luigi Fasoli Flávia Davoli Gerald José Rodrigues Alckmin Neto Igor Mario Puga Jean Paulo Kambourakis Luciana de Aguiar Barros Luis Guilherme Mattoso de Oilem Bittencourt Leonardo Mendes Cabral Luiz Masagão Ribeiro Filho	Marilize Ferrazza Santinoni Murilo Setti Riedel Paulo César Ferreira de Lima Alves Paulo Sérgio Dualibi Paulo Fernando Alves Lima Ramon Sanchez Santiago Reginaldo Antonio Ribeiro Ricardo Olivare de Magalhães Richard Flavio Da Silva	Roberto Alexandre Borges Fischetti Robson de Souza Rezende Rogério Magno Parca Sandro Kohler Marcondes Sandro Mazerino Sobral Sandro Rogério da Silva Gamba Thomaz Antonio Licario Rocha Vanessa Alessi Manzi Vitor Ohtsuki
CONTADORA			
Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC Nº 1SP - 256989/O-0			

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao exercício findo 31 de dezembro de 2023, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco. Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2023.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco. Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2023.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria, dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da idoneidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por cinco membros independentes, eleitos conforme deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de maio de 2023. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração. O coordenador do Comitê de Auditoria é membro independente do Conselho de Administração.

No tocante às suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

BRGAAP - O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do resultado apurado no segundo semestre encerrado em 31 de dezembro de 2023 em padrão BRGAAP, além das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando de reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, com a Vice-Presidência Executiva de Tecnologia e Operações, com a Diretoria de Compliance, incluindo a efetividade da Política, procedimentos e controles sobre PLD/FT, e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com a regulamentação vigente.

III - Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo semestre de 2023, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque (i) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como "A melhorar" e "Insatisfatório"; e (ii) aos resultados das melhorias aplicadas e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para avanço contínuo. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

São Paulo, 30 de janeiro de 2024.

Comitê de Auditoria

Pedro Augusto de Melo - Coordenador Maria Elena Cardoso Figueira - Especialista Financeira Andrea Maria Ramos Leonel René Luiz Grande Vania Maria da Costa Borgerth

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(e) e 7) A estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN nº 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vinciadas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de ratings (classificação de risco) de crédito, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisões. Dessa forma, esse assunto foi mantido como área de foco em nossa auditoria.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando, substancialmente, os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de rating considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas. Efetuamos testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, às premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.
Provisões para passivos contingentes (Notas 3(p) e 19) O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente, os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, esse assunto mantém-se como área de foco em nossa auditoria.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos contingentes (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza. Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras. Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no semestre e exercício, a totalidade das informações e o valor correto das provisões. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ambiente de Tecnologia da Informação (Nota 28(a)) O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas. Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, esse assunto permaneceu como uma área de foco em nossa auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de Tecnologia da Informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco. Com base no resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, observar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e consolidadas feitas pela Administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardar aplicáveis.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de janeiro de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador
CRC 1SP222767/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 01/02/2024
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/01/SANTANDER1574193201022024.pdf>
Hash: 17067304810411e17c00b84e7f95d47fab386e37e2